



Land Access and Participatory Territorial Development

Land and Territory Research Paper No. 6

Acesso a Terra e Desenvolvimento Territorial – Discutindo a Definição de Território conforme o MDA: três assentamentos em foco nos Sertões de Canindé

*(Land access and territorial development – discussing the official
views of territory in relation to three land reform settlements in the
Sertão de Canindé)*

A Research Paper for DFID
Central Research Department
(Project R8736)

December 2006

Dr. José Levi Furtado Sampaio *Departamento de Geografia UFC*

Dr^a Kelma Socorro Lopes de Matos *Departamento de Educação UFC*

with

Dr^a Eliana Guerra *UFRN - MAG/UECE*

Anna Erika Ferreira Lima

Jaceline de Lima Braga

Maria Elizabeth de Castro

Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)
Universidade Federal do Ceará
Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Fortaleza, Ceará
Natural Resources Institute, University of Greenwich, UK

**Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA
Universidade Federal do Ceará – UFC
NRI - National Research Initiative
University of Greenwich Medway Campus –UK
Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais – LEAT
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente –
PRODEMA**

**Acesso a Terra e Desenvolvimento Territorial –
Discutindo a Definição de Território conforme o MDA: três assentamentos em
foco nos Sertões de Canindé**

**Fortaleza – Ce
Dezembro de 2006**

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA
Universidade Federal do Ceará – UFC
NRI - National Research Initiative
University of Greenwich Medway Campus –UK
Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais – LEAT
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio
Ambiente – PRODEMA

Acesso a Terra e Desenvolvimento Territorial – MDA/SDT assentamentos em
foco nos Sertões de Canindé

Dr. José Levi Furtado Sampaio (Coord.)
Dr^a. Kelma Socorro Lopes de Matos (Coord.)
Anna Erika Ferreira Lima
Jaceline de Lima Braga
Maria Elizabeth de Castro

Fortaleza - Ce
Dezembro de 2006

**Acesso a Terra e Desenvolvimento Territorial – MDA/SDT assentamentos em
foco nos Sertões de Canindé
MDA/ NRI/CETRA/ UFC/ LER/ PRODEMA**

Participantes da Pesquisa:

Coordenação Internacional:

Dr. Julian Quan – Coordenador Internacional

Coordenação Nacional e Pesquisadores:

Dr. José Levi Furtado Sampaio – Coordenador – Prof^o da UFC –
PRODEMA/Ce e Mestrado em Geografia

Dr^a Kelma Socorro Lopes de Matos – Coordenadora – Prof^a da UFC
PRODEMA/Ce e Programa de Pós-graduação em Educação

Colaboradores:

Anna Érika Ferreira Lima – Bolsista do DAAD – PRODEMA/Ce

Jaceline de Lima Braga – Graduada em Pedagogia - UFC

Maria Elizabeth de Castro – Bolsista do CNPq – Geografia - UFC

Pesquisadores de campo:

Dr. José Levi Sampaio Furtado Coordenador – Prof^o da UFC –
PRODEMA/Ce e Mestrado em Geografia

Dr^a Kelma Socorro Lopes de Matos Coordenadora – Prof^a da UFC
PRODEMA/Ce e Programa de Pós-graduação em Educação

Dr^a Eliana Guerra - Prof^a da UFRN - MAG/UECE

Anna Érika Ferreira Lima – Bolsista do DAAD – PRODEMA/Ce

Daniel Gadelha de Oliveira – Curso de Geografia – Graduação - UFC

Jaceline de Lima Braga - Curso de Pedagogia – Graduação -UFC

Maria Elizabeth de Castro – Bolsista do CNPq – Geografia - UFC

Coordenador de Projetos

Felipe Pinheiro (CETRA)

Revisão de Texto:

Dr^a Kelma Socorro Lopes de Matos

Dr^a Eliana Guerra

Dr. José Levi Sampaio Furtado

Digitação:

Dr^a Kelma Socorro Lopes de Matos – Coordenadora – Prof^a da UFC – PRODEMA/Ce e Programa de Pós-Graduação em Educação

Dr. José Levi Furtado Sampaio – Coordenador – Prof^o da UFC – PRODEMA/Ce

Anna Érika Ferreira Lima – Bolsista do DAAD – PRODEMA/Ce

Maria Elizabeth de Castro – Bolsista do CNPq – Geografia – UFC

LISTA DE SIGLAS

Banco do Nordeste do Brasil – BNB
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
Centro de Assessoria e Pesquisa - ESPLAR
Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA
Comissão Comunitária São José - CCSJ
Comissão de Implantação de Ações Territoriais no Território - CIAT
Comissão Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS
Comissão Pastoral da Terra - CPT
Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGEHR
Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS
Comissão de Instalação de Ações Territoriais - CIAT
Department for International Development - DFID
Diretoria de Programas Especiais – DPE
Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Ceará - FETRAECE
Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE
Instituto de Pesquisa do Estado do Ceará -IPECE
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais - LEAT –
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
Natural Resources Institute – NRI
Organização das Cooperativas do Estado do Ceará –OCEC
Projeto Dom Helder Câmara
Programa Cédula da Terra - PCT
Programa de Apoio Comunitário - PAC
Programa de Crédito Especial para as áreas de Reforma Agrária - PROCERA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF
Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Secretaria de Agricultura Familiar - SAF

Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT

Secretaria de Planejamento e Coordenação - SEPLAN

Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA

Universidade Federal do Ceará - UFC

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sumário

Introdução -----	p.8
Capítulo 1 - O percurso histórico e as políticas fundiárias no/do Brasil: desapropriação por interesse social e Cédula da Terra -----	p.10
1.1 - Da política sesmarial à Lei de Terras de 1850-----	p.10
1.2 - A política de desapropriação por interesse social: uma nova página na história da política agrária-----	p.12
1.3- Cédula da Terra – Compra e Venda de Terras-----	p.17
Capítulo 2 – Território e Histórico dos Assentamentos: Luta e Resistência em Terras desapropriadas -----	p.23
2.1 - ‘Território’ para o SDT/MDA-----	p.24
2.2 - A definição territorial – Caso do Ceará-----	p.26
2.3 – Histórico dos assentamentos: Luta e Resistência em Terras desapropriadas--	p.30
2.3.1 – Assentamento Vitória-----	p.31
2.3.2. – Assentamento Tiracanga-----	p.34
2.3.3 – Assentamento 25 de Dezembro (ex- Jacurutú)-----	p.35
Capítulo 3 - Infra-Estrutura, Produção, Equipamentos e Serviços -----	p.37
3.1. Infra-estrutura - Moradia, Energia e Água.-----	p.37
3.2. Produção : agricultura, segurança alimentar e pecuária-----	p.39
3.3. Crédito e renda-----	p.44
3.4. Equipamentos e Serviços-----	p.48
Capítulo 4 - Organização e Participação nos Assentamentos -----	p.51
4.1. Participação de jovens e Mulheres-----	p.51
4.2. Associações, Assessoria, Assistência Técnica-----	p.54
4.3. Políticas Públicas, Projetos e Ações desenvolvidos nos assentamentos-----	p.57
Capítulo 5 - Educação, Saúde, Meio Ambiente e manifestações culturais: sentimento de pertença -----	p.61
5.1. Questão Ambiental: Água, Lixo e Desmatamento-----	p.61
5.2. Saúde, Cultivo e utilização de ervas medicinais para consumo humano e animal-- -----	p.64
5.3. Manifestações culturais-----	p.67
Capítulo 6 – Reflexões sobre Território -----	p.70
Referências Bibliográficas	
Anexo 1	
Anexo 2	

Introdução

Este relatório trata do resultado da investigação realizada desde outubro de 2004 no território dos **Sertões de Canindé** - Ceará, enfocando dinâmicas regionais nos assentamentos. Nesse contexto o objetivo principal da pesquisa visou entender como os programas e as ações direcionadas à reforma agrária e ao acesso a terra contribuíram e têm contribuído com os processos de desenvolvimento territorial mais inclusivos, equitativos e sustentáveis.

É importante salientar que no segundo semestre de 2004, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável dividiu o Território do Sertão Central, a partir de solicitação do Conselho Estadual, em: **Sertões de Canindé** (Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena, Paramoti), **Sertão Central** (Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Solonópole), **Inhamuns-Crateús** (Aiuaba, Ararendá, Arneiroz, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipu, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Parambu, Pires Ferreira, Poranga, Quiterianópolis, Santa Quitéria, Tamboril, Tauá), **Sobral** (Alcântaras, Cariré, Coreau, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral, Varjota) e **Itapipoca** (Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama)¹.

Nessa perspectiva o presente estudo foi realizado pelo Instituto de Recursos Naturais (NRI) da Universidade de Greenwich, Inglaterra, em colaboração com pesquisadores da Universidade: Federal do Ceará (UFC), da Universidade: Federal da Bahia (UFBA) e Técnicos de Organizações Não Governamentais (ONGs), como o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA) e a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste – ASSOCENE. Teve apoio do Departamento Central da Pesquisa do DFID (Department for International Development), órgão da cooperação internacional britânica.

A pesquisa foi realizada através de debates, oficinas, pesquisa de campo, reuniões, intercâmbios, visando gerar insumos para as políticas públicas e para a cooperação internacional. Nesse sentido, foram feitas, ainda, reuniões com instituições nos Estados e com o Governo Federal/Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA¹

Durante o ano de 2004, elaborou-se um estudo previo a esta pesquisa, um pre-diagnostico dos Território dos Sertões de Canindé-Estado do Ceará, aproveitando a informação secundaria existente . Esse estudo foi financiado pelo escritorio do DFID no Brasil, o que possibilitou o acesso a um banco de dados que formou uma base para realizacao da pesquisa principal coordenada durante 2005 a 2006, pelo NRI. Consideramos este pre-diagnostico

¹ Ver <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=478>

essencial ao entendimento da dinâmica territorial da reforma agrária nos Sertões de Canindé. Os resultados do pre-diagnóstico se encontram em Anexo 1 do presente relatório.

No que tange a pesquisa bibliográfica o acesso a diversos autores possibilitou a discussão sobre as concepções de Reforma Agrária, Acesso a Terra e Território. Nesse contexto levantou-se ainda a produção de dissertações e teses que tratam da temática desenvolvimento territorial e assentamentos rurais nos Sertões de Canindé. Quanto a concepção de Reforma Agrária entende-se que é um processo de distribuição de terra que permite às famílias condições dignas econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais.

O acesso a terra e o desenvolvimento territorial constituem temáticas centrais dessa investigação. O conceito de território, e conseqüentemente de desenvolvimento territorial são inspirados em autores de considerável relevância no contexto científico nacional e internacional, tais como Rafestin (1993), Alencar (1997), Abramovay (2003), Andrade (2002), Mançano (2003) e Hasbaert (2004).. Neste sentido compreende-se que o acesso a terra é a forma como o governo e os trabalhadores conseguem obtê-la. Através das leituras foi possível identificar que o acesso a terra tem sido feito por: a) desapropriação por interesse social, b) por compra e venda e c) por doações de instituições filantrópicas. Tais instrumentos de acesso a terra ora têm ocorrido por iniciativas dos movimentos sociais ou por benesses do Estado e outras instituições.

Durante o ano 2004, no Ceará, foram realizadas pesquisa documental em instituições como: Movimento dos Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará (FETRAECE), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Centro de Pesquisa e Assessoria ESPLAR, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), Organização das Cooperativas do Estado do Ceará -OCEC, Instituto de Pesquisa do Estado do Ceará - IPECE, Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará -COGEHR, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Banco do Nordeste do Brasil; Projeto Dom Helder Câmara. O material pesquisado foi importante para a construção de mapas, gráficos, tabelas e texto.

Capítulo 1

O percurso histórico e as políticas fundiárias no/do Brasil: Desapropriação por interesse social e Cédula da Terra

De acordo com o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (1995-1996) o Brasil é um país com alta concentração de terra. Segundo Heerdt (2005) as grandes propriedades, com pelos menos mil hectares, representam apenas 1% do total de propriedades e controlam 45,1% da área. Tida por muitos autores como uma questão polêmica, a questão agrária não é uma discussão recente. Tem origens remotas que devem ser consideradas para chegarmos à compreensão da propriedade da terra e dos conflitos ocasionados pela concentração fundiária. Essa concentração, conforme Nascimento (1986), tem provocado historicamente a necessidade da criação de organizações que se constituem em palco da própria luta pela terra. Essas organizações buscam, por vezes, através da força, ter acesso às mínimas condições de vida para suas famílias.. Nesse panorama pontuamos que o “uso e a exploração da terra no Brasil sempre se caracterizaram por políticas governamentais imediatistas e voltadas para atender aos interesses das forças que comandam o processo econômico brasileiro” (Jahnel, 1987, p.105). Essas políticas datam do período colonial, como veremos a seguir.

1.1 - Da política sesmarial à Lei de Terras de 1850

No Brasil, as sesmarias, beneficiaram, principalmente, àqueles que prestavam serviço à Coroa portuguesa. Foi constituída assim, a primeira lei que regulou a apropriação das terras brasileiras, inspirada na Legislação do Império Romano:

[...] a partir das concessões de terras (datas), que eram cedidas a nobres, fidalgos, dentre outros mais privilegiados, enquanto os pequenos produtores rurais eram relegados, ficando sempre à mercê da vontade dos grandes proprietários, os quais cada vez mais aumentavam suas datas (Moura, 2002, p.15).

Essa forma de distribuição da terra fornecia a posse apenas ao seu titular. Conforme Andrade (1994), proporcionou a acumulação de terras e a formação do latifúndio no Brasil. As antigas formas de propriedade que reconheciam a cada habitante o direito de uso da terra, mesmo sem uma regulamentação formal, desapareceram, dando lugar à expropriação das pessoas que viviam na terra. (Réclus, 1985).

O sistema sesmarial foi causador de muitos conflitos. Em geral esses atritos se deram com os índios, não colonizados. A tentativa de converter o indígena aos trabalhos de agricultura foi fracassada. A mão-de-obra do negro africano tornou-se mais viável. Entretanto, no início do século XVII, os escravos fugiam das fazendas e dos engenhos e começaram a

reunir-se nos “quilombos”. Assim, com a ocupação de terras livres, surgiu a figura do posseiro:

Ao lado do processo legal de apropriação de terras pela doação de sesmarias, ocorria também a apropriação por parte de pessoas de menores recursos e prestígio, que se instalaram em áreas menos acessíveis, implantando roças e currais, eram os chamados posseiros (Andrade, 1994, p. 20)

Nessas áreas de posse, dedicavam-se à agricultura de subsistência, tornando-se os primeiros pequenos agricultores ou camponeses no Brasil, que formam sua base nas relações estabelecidas na família camponesa entre si, e desta com a vizinhança que permitem a reprodução da cultura, das técnicas e da identidade camponesa (Oliveira, 2005). Em 1820 o regime sesmarial foi extinto e como não surgiu, logo de imediato, nenhuma regulamentação oficial sobre a questão da terra, houve uma intensificação nas ocupações de áreas livres. Diante disso foi criada, em 1850, a Lei de Terras.

O instituto da legitimação de posse surge, formalmente, no direito brasileiro com o advento da decantada lei nº 601, de 18/09/1850, mais conhecida como "Lei de Terras", que dispunha sobre as terras devolutas do Império brasileiro. Trata-se, esta lei, de um verdadeiro divisor de águas não só na evolução de nossa estrutura fundiária, como, podemos afirmar sem exagero, da própria história sócio-econômica nacional (Magalhães, s/d, p.1).

Um dos pontos mais relevantes dessa lei foi a institucionalização da compra e da venda de terras, formalizando esse mercado ao ressaltar o valor econômico da terra, que antes tinha apenas valor simbólico (natureza).

Foi oficializada a existência de um mercado de terras no Brasil e tem-se assim a terra mercadoria. Esta política tirou da terra o seu valor natureza, dando valor econômico, de troca, ao mesmo tempo, excluindo muitos desse bem (Moura, 2003, p.19-20).

O processo de concentração fundiária foi agravando-se continuamente, visto que só poderia ter acesso a terra quem pagasse por ela. Acoplada a essa decisão, como consequência imediata era legalizada a exploração da força de trabalho. A existência do latifúndio estava intimamente relacionada ao coronelismo e ao controle político dos eleitores pelos grandes proprietários (Medeiros, 2003).

A exclusão de muitos, bem como a busca de diversos camponeses pelo acesso a terra promoveu conflitos que assinalaram a história do Brasil. Como exemplos podemos destacar a Guerra de Canudos (na Bahia em 1896), a Guerra do Contestado (entre Santa Catarina e Paraná de 1913 a 1916) e O Caldeirão de José Lourenço (no município do Crato – Ce) do período de 1926 a 1936, conhecido como movimento messiânico. Foi uma ‘página’ na história de luta pela terra no Ceará, e apesar do fim trágico, ajudou a construir uma nova consciência no processo de luta pela inclusão social (Moura, 2003, p.21).

As décadas seguintes foram marcadas por diversos conflitos de posseiros, arrendatários, moradores, latifundiários. Vale destacar que inicialmente, essas lutas não tiveram o objetivo de realizar uma reforma agrária, mas sim de atender às necessidades presentes, seja pela permanência na terra, seja por direitos trabalhistas. Foram importantes enquanto experiências adquiridas ao longo do processo histórico da luta pela terra.

1.2 – A política de desapropriação por interesse social: uma nova página na história da política agrária

Diferente das constituições anteriores (1934 e 1937), “na Constituição de 1946 foi garantido o direito à propriedade privada da terra nos casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro” (Moura, 2002, p. 21). Foi a primeira vez que se levantou a possibilidade do uso social da terra. Essa idéia foi registrada pelo senador Luís Carlos Prestes, segundo o qual, dever-se-ia desapropriar as terras mal utilizadas e distribuí-las a quem de fato quisesse produzir.

No Brasil a desapropriação tem merecido a devida atenção e destaque de nossos legisladores, haja vista que todas as Constituições mencionaram explicitamente o instituto. Mas somente com a Constituição de 1946 é que surgiu a figura da desapropriação por interesse social, infelizmente incubada em estado latente até 1962, com o advento da Lei n. 4.132 de 10.9.62, definidora das hipóteses de desapropriação por interesse social (Bomfim, 2000, p.74).

Após isso, intensificaram os movimentos migratórios de camponeses em busca de terras. Havendo a colonização de áreas antes despovoadas, como as regiões Norte e Centro-Oeste.

Durante o Estado Novo, restaram somente tentativas de incitar projetos de colonização nas terras de fronteiras e esforços para criar cinturões verdes em torno das grandes cidades. Nesse período, também fracassaram as tentativas de extensão da legislação trabalhista e dos direitos de organização para os trabalhadores do campo. Em virtude dessas derrotas políticas os conflitos se acirraram, inclusive no Ceará. No final da década de 50 e início da década de 60², a reforma agrária tornou-se uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, transformando-se na tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país.

Nesse período, os conflitos no campo adquiriram uma outra configuração sob a égide do Partido Comunista Brasileiro³. Essas lutas começaram a dar visibilidade à necessidade de

² Em 1964, os militares tomaram o poder, depondo o presidente eleito João Goulart.

³ Para o PCB, a demanda por reforma agrária, no entanto, não foi definida tendo como ponto de partida esses conflitos, mas principalmente a partir das diretrizes da Internacional Socialista sobre o significado do termo latifúndio, entendido como grandes extensões de terra onde predominavam relações feudais (formas de

uma reforma agrária. O objetivo era eliminar o latifúndio, tido como um impasse para iniciar o conjunto de transformações que o Brasil precisava para realizar uma revolução, conforme a leitura desse Partido.

Em 19XX surgem as Ligas Camponesas no Nordeste do País (Pernambuco). Mas não foi somente o PCB e as Ligas camponesas que trouxeram a tona, com maior força, a discussão sobre a RA no cenário nacional. Outros segmentos proporcionaram tal fato, entre eles: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MASTER – no RS)⁴.

Segundo Alencar (2005) e Medeiros (2003), a reforma agrária tornou-se um tema fundamental para o debate sobre o desenvolvimento econômico do país, o acesso a terra também era uma reivindicação geral dos camponeses, porém as associações e os sindicatos tinham como principal solicitação a questão salarial.

Em 1962 o Brasil adotou a necessidade de realizar em seu território a Reforma Agrária. Os conflitos definidos pelo dono da terra passaram a encontrar mediação nas concepções de direitos, das leis, promovendo toda uma mobilização com o intuito de cumprir ou ampliar esses direitos (como os trabalhistas), com o reconhecimento de categorias sociais que até então não possuíam visibilidade no espaço público. Nesse período ocorreu a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963). Houve uma reação dos proprietários que expulsaram moradores (Alencar, 2005, p.40). Em 1964 os militares acreditavam que a solução estaria na modernização do campo, promovendo o beneficiamento de grandes proprietários rurais com recursos públicos.

Nesse cenário várias organizações camponesas, como as associações, sindicatos e as ligas camponesas, foram extintas, algumas das principais lideranças foram perseguidas enquanto outras foram substituídas por dirigentes vinculados à Igreja Católica, desde que o controle, orientação do sindicato fosse a do Governo Militar (Alencar, 2005, p.40).

Restou aos camponeses a migração para os grandes centros urbanos ou para a região Norte. Surgiram outros problemas como aumento da miséria e o agravamento do quadro de exclusão social, com a formação de mais favelas. No campo, as disputas se acirraram cada

dominação pessoal, exigência de que os trabalhadores pagassem renda pelo uso da terra etc) e da importância da luta contra eles (MEDEIROS, 2003, p.15)

⁴ Destaque para a disputa entre PCB e a Igreja católica, que conforme ALENCAR (2005), convergiam os ideais de modernidade e paternidade respectivamente.

vez mais e seus resultados explicitavam as diferenças entre as propostas em pauta e os objetivos dos camponeses. Como forma de acalmar os ânimos o Governo elaborou o *Estatuto da Terra* (1964, Lei nº 4.504) que deliberou a ação governamental, pronunciando que o objeto da reforma agrária é estabelecer um sistema de relações entre homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem estar econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Até essa data, as áreas redistribuídas, eram, em geral de aquisições por compra e raramente por desapropriação, inclusive realizadas fora do contexto da realidade social do semi-árido, com imediata titulação das terras, sem a organização de meios para o desenvolvimento do processo produtivo (OLIVEIRA, 1999, p. 5).

Na prática o Estatuto não solucionou o problema agrário, mas criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) o qual substituiu a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA). Somente na década de 1960 seria criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As desapropriações nesse período eram realizadas, principalmente, em casos de tensão social⁵ e medidas de apoio técnico e econômico à produção, sendo o latifúndio por extensão tido como objeto de desapropriação. No entanto, conforme Delgado (1985), poucas desapropriações foram efetivadas.

Na década de 1970, as forças intelectuais voltavam seus olhos ao projeto nacional-desenvolvimentista, sendo a questão da reforma agrária abafada. No entanto, as ações dos camponeses se intensificaram.. As lutas camponesas⁶ eclodiam por todo o território nacional, os conflitos fundiários triplicaram e o governo, na perspectiva de controlar a questão agrária determinou que a militarização resolvesse o problema da terra. Essa investida trouxe as mais diversas formas de violência contra os trabalhadores.

A política colonialista efetivada pelo Incra, de acordo com Emílio Garrastazu Médice serviu para “levar homens sem terra a terras sem homens”. No entanto, se a implementação dessas políticas continuaram beneficiando quem detinha o poder, a inserção da Igreja católica

⁵ O Estatuto da Terra criou as condições institucionais que possibilitaram a desapropriação por interesse social como caminho para eliminar os conflitos no campo (MEDEIROS, 2003, p.25)

⁶ Visto que além de sempre terem sofrido violências, agora, além de lutarem contra o monopólio da terra, tinham que lutar ainda contra o sistema sofisticado, montado a nível nacional. A modernização almejada pelo Governo visou a inserção das instituições internacionais no mercado nacional, esta era seletiva e excludente, se contrapondo a qualquer reforma agrária proposta, visto que essa não poderia excluir os minifundistas e, outras categorias.

nesse debate, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (1975), proporcionou uma nova dinâmica ao homem do campo.

1.3 - Cédula da Terra – Compra e Venda de Terras

O programa Cédula da Terra foi produto de uma parceria entre o Governo Federal e o Banco Mundial através do Acordo de Empréstimos 4147-BR. Oposto às intervenções tradicionais, marcadas por forte centralismo, o Cédula da Terra estabelece critérios gerais vigentes ao processo de remanejamento de atores de uma determinada região, proporcionando fundos para o apoio das iniciativas dos próprios beneficiários, de maneira descentralizada. Fixa preços limites para a aquisição de terras e seu financiamento, deixando aos beneficiários a decisão de escolher os lotes, negociar e definir os projetos produtivos.

Segundo a política “Reforma Agrária de Mercado” do Banco Mundial teve como vetor inicial, no Brasil, a experiência piloto ocorrida no Estado do Ceará, através do Programa “reforma agrária solidária” (1996-1997). Essa experiência foi ampliada para outros estados do Nordeste (Bahia, Maranhão, Pernambuco e Ceará) e para o norte de Minas Gerais, através do projeto piloto Cédula da Terra (1997-2000). Posteriormente, foi levado para outras partes do Brasil, a exemplo de Minas Gerais, através do Programa Banco da Terra (1999- 2002) e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (2002- 2003), todos elaborados no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Essa política teve como pressuposto a criação de um Fundo de Terras para financiar a compra e a venda de terras entre proprietários dispostos a vendê-las e camponeses sem terra ou com pouca terra, interessados em adquiri-las.

O programa se funda na idéia de auto-seleção dos beneficiários, sendo a iniciativa de qualificação, vinda dos próprios interessados. Esses são atendidos pelo critério da fila. A participação no Programa é associativa e não individual, pois apenas associações de produtores podem receber créditos⁷.

[...] um dos principais problemas dos projetos de assentamento é a desapropriação de terras de baixa qualidade e/ou inadequadas para os propósitos e perfil do grupo de beneficiários (Convênio FAO/Incrá (1998). Como no Cédula da Terra a terra é adquirida pelo mercado, supõe-se que os beneficiários, que serão seus proprietários e pagaram por ela, selecionariam áreas com condições de permitir geração de renda suficiente para seu pagamento e compatíveis com a sustentabilidade do processo. A forma associativa na própria aquisição reduziria erros de avaliação individual e permitiria compatibilizar as características da terra às aptidões dos

⁷ Em uma situação de forte restrição ao crédito, a regra de fornecimento de crédito às Associações, se por um lado estimula o associativismo e permite o "monitoramento dos pares" (Hoff & Stiglitz, 1993), por outro pode estimular a criação artificial de associações.

compradores, à disponibilidade de recursos e ao projeto de desenvolvimento.(Silveira, Buainain, Magalhães, s/d, p.6).

O imóvel rural é vendido através de crédito fundiário (adicionam-se outras linhas de crédito a esse processo – Exemplo o Programa de Crédito Especial para as áreas de Reforma Agrária -. PROCERA⁸) contratada pela associação beneficiária e o agente financeiro do Programa. As condições do empréstimo seguem a evolução da taxa de juros e os empréstimos devem ser pagos anualmente, tendo como pena a perda da terra.

A associações de beneficiários possuem total autonomia para tomar as decisões sobre a utilização dos recursos financiados e sobre a estratégia produtiva a ser seguida, inclusive a distribuição de terras entre as famílias sócias e o uso das terras comuns e das parcelas individuais. Os benefícios são apropriados pelas famílias e os compromissos financeiros da associação, sob a responsabilidade dos sócios.

O Cédula da Terra ganhou alcance nacional em 1998, com a criação do Banco da Terra, que teve suas atividades suspensas no início de 2003. Oliveira (2005, p.157) discorre sobre o início da experiência no Ceará:

O lançamento do Cédula da Terra no Ceará foi seguido de constantes visitas do ministro Raul Julgmann em Fortaleza para entrega de cartas de crédito às associações comunitárias de trabalhadores rurais, e pela visita do diretor do BIRD, sr. Gobim T. Nankani, a um assentamento do programa no sertão de Iguatu. O resultado das visitas foi a reafirmação do compromisso financeiro do Banco Mundial com a “reforma agrária de mercado” e o empréstimo de US\$ 1 bilhão para o Brasil, com a possibilidade da criação do Banco da Terra. Houve, ainda, a realização do Seminário Internacional sobre “reforma agrária e desenvolvimento sustentável”, promovido pelo governo do Estado do Ceará e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Essas atividades desenvolveram duas frentes de ação. A primeira foi a ação da mídia, que se encarregou de desqualificar o processo de reforma agrária via desapropriação de terras, apresentando os pontos positivos revelados em assentamentos pontuais criados pela política “reforma agrária de mercado”. Daí a visita de técnicos e intelectuais em assentamentos pontuais previamente avisados e treinados para as visitas. A segunda foi a frente intelectual, formada por consultores e técnicos do Banco Mundial e intelectuais renomados da academia brasileira, que, através de seus escritos, deram suporte para a continuidade da política no Ceará. Tudo isso colocou o Ceará em evidência no cenário nacional e internacional.

Destaca ainda as diversas críticas, advindas principalmente dos movimentos sociais e entidades de representação camponesa à “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial. Fazer a síntese do que vem a seguir:

⁸ O PROCERA possui duas fontes: uma originária do orçamento do INCRA e outra oriunda de 10% (dez por cento) dos recursos apropriados dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os gestores desses recursos são o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste.

Dentre os principais questionamentos se destacaram o caráter não complementar do programa, o descaso do Estado para com o processo de desapropriação, a não participação dos movimentos sociais e das organizações camponesas no planejamento e execução do programa, o envolvimento de proprietários e políticos no processo de constituição das associações e a incapacidade camponesa de pagamento da terra com juros e correção monetária. . (OLIVEIRA, 2005:157).

No Ceará, a primeira propriedade para fins de reforma agrária foi a Fazenda São Jerônimo em 1958, que beneficiou cerca de 31 famílias no município de Pacatuba. Na década seguinte, diversos sindicatos rurais foram criados pela Igreja por meio da Fundação Pe. Ibiapina no município do Crato. Com a instituição da Lei de 1964 (Estatuto da Terra), vislumbrava-se a criação de um plano de reforma agrária, com o intuito de evitar os conflitos. De acordo com Moura (2003) a não efetivação desse plano levou à desmobilização dos movimentos sociais camponeses que ficaram a espera que esta lei “saísse do papel”.

Vale destacar, nesse panorama, que atualmente o Estado do Ceará, conforme SDT (2005), possui 82 assentamentos rurais, sendo que quarenta e três (43) foram desapropriados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), treze (13) através do Banco da Terra, treze (13) pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), um (1) pelo Crédito Fundiário e um (1) pela Ação Fundiária/São José. Desses, como colocado anteriormente, escolheu-se como objeto três (3) assentamentos dos quais dois (2) foram desapropriados pelo INCRA (Tiracanga/Logradouro e Jacurutu) e um (1) pelo Cédula da Terra (Vitória)⁹.(Ver Quadro 1)

⁹ Maiores detalhes no Tópico 2.3.

Quadro 1 - Áreas de Assentamento da Reforma Agrária

Nº	Município	Assentamento/Comunidade	Nº de Famílias	Área (há)	Órgão Financiador
1	Boa Viagem	PA Aleixo	8	700,56	INCRA
		PA Buenos Aires	44	1.117,77	INCRA
		PA Boa Ventura	66	1.744,91	INCRA
		PA Boa Vista	14	764,154	INCRA
		Ass. Bela Aliança/Holanda	25	1.385	Banco da Terra
		Ass. Do Riacho Meio/Riacho do Meio/Nilo Alegre	10	1.550	Banco da Terra
		Ass. De Volta do Rio/ Faz. Sabonete	13	708,27	Banco da Terra
2	Canindé	PA Grossos	20	822,644	INCRA
		PA Ipueira da Vaca	148	7.500,17	INCRA
		PA Cacimba de Dentro/Três Irmãos	55	1.967,68	INCRA
		PA Lagoa Verde	19	854,026	INCRA
		PA Fazenda Suíça	39	1.396,12	INCRA
		PA Tiracanga/Logradouro	108	3.756,25	INCRA
		PA Guarani/Bom Lugar	49	2.040,03	INCRA
		PA Nojosa	11	489,857	INCRA
		PA Armadores	17	794,71	INCRA
		PA Alegres	21	847,779	INCRA
		PA Jacurutu	124	5.453,93	INCRA
		PA Todos os Santos	84	3.301,13	INCRA
		PA Santa Helena	53	2.253,85	INCRA
		PA Poço/Riacho das Flores	14	668,16	INCRA
		PA Transval/Pau de Leite	67	2.948,03	INCRA
		PA Baixa da Areia	27	897,248	INCRA
		PA Vazante do Curu	23	622,405	INCRA
		PA Ipiranga	21	949,79	INCRA
		PA Entre Rios	61	2.448,06	INCRA
		PA Carnaubal	54	2.285,43	INCRA
		PA Rocilandia	41	1.744,51	INCRA
		PA São Paulo	89	3.909,08	INCRA
		PA Santana do Cal	17	868,923	INCRA
		PA Rancho Primavera	24	829,712	INCRA
		PA Souza	59	3.243,83	INCRA
		PA Logradouro/Ibiraçu	66	3.479,71	INCRA
		PA Imburanas/1º de Maio	27	1.036,60	INCRA
		PA Frazão	20	750,071	INCRA
		PA Monte Orebe	37	1.465,33	INCRA
		Cachoeira Cercada	28	705,14	IDACE
		Caçara	21	826,56	IDACE
		Capim Açú	8	196	IDACE
Fé na Luta	33	1.092	IDACE		
Nova Conquista	24	1.079	IDACE		
Nova Vida	14	688	IDACE		

		Oiticica II	39	1.200	IDACE
		Pedras	12	475	IDACE
		Pitombeira I	36	2.806	IDACE
		Sítio do Meio	15	540	IDACE
		Ass. de Pedra Furada/Pedra Furada	13	733,01	Banco da Terra
		Ass. de Corrente II/Conceição	14	584,37	Banco da Terra
		Ass. da Faz. Jitirana/Jitirana	12		Banco da Terra
		Ass. de Maracujá/Maracujá	8		Banco da Terra
		Ass. de Japuará/Salão	15	331,05	Cédula da Terra
		Ass. da Faz. Juá/Nova Olinda	18	922	Cédula da Terra
		Ass. de Oiticica II/Oiticica	11	342	Cédula da Terra
		Ass. da Faz. Sta. Rita/ Santa Rita	14	633	Cédula da Terra
		Ass. de Sta. Clara II/ Santa Clara	20	1.340	Cédula da Terra
		Ass. de Cacimba Nova/ R. Alegre/Conc. Meio	20	985,13	Cédula da Terra
		Ass. de Boa Vista dos Caulas/Feijão	10	297,77	Cédula da Terra
3	Caridade	PA Carneiro	60	3.827,72	INCRA
		PA Fazenda Serrote	193	8.759,81	INCRA
		PA Lajes	28	1.305,83	INCRA
		Ass. de Santo Antônio/Santo Antônio	32	1.888,00	Crédito Fundiário
4	Itatira	PA Serrinha/Santa Maria	15	363,384	INCRA
		PA Amargosa	147	1.512,64	INCRA
		PA Umarizeira	127	4.567,45	INCRA
		PA Caipira	74	3.723,45	INCRA
		Vitória	50	3.374,14	IDACE
		Ass. Com. Tatajuba/Faz. São Tomaz	11	648,98	São José
		Ass. Com. São Pedro do Alegre/Nova Olinda	15	507,43	Banco da Terra
		Ass. de Bom Lugar/Poço da Pedra	10	504	Banco da Terra
		Ass. de Oiticica	11	429,1	Cédula da Terra
		Ass. de Lagoa de Dentro II/Trapizeiro	10	359,8	Cédula da Terra
5	Madalena	PA São Joaquim	422	16.345,4	INCRA
		Serrinha dos Paulinos	15	423	IDACE
		Mofumbo	11	350	IDACE
		Cacimba Nova	25	348	IDACE
		Ass. da Vaca Serrada/Vaca Serrada	9	471,15	Banco da Terra
		Ass. Cacimba Nova/Vaca Serrada	8	381,16	Banco da Terra
		Ass. da Serrate Feio/Serrote Feio	8	282,56	Cédula da Terra
		Ass. de Felão/Serrinha dos Paulinos	17	744,3	Cédula da Terra
6	Paramoti	PA Marilandia	30	1.274,19	INCRA
		PA Papel	90	3.583,85	INCRA
		Ass. de Pinda I/Pau D'Arco	12	614,93	Banco da Terra
		Ass. da Região de Cangati/Faz. Sangria	22	1.117,01	Banco da Terra

Fonte: SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável** – Versão Preliminar do Território dos Sertões de Canindé. Março de 2005. p.17 – 18.

Capítulo 2

Território e Histórico dos Assentamentos: Luta e Resistência em Terras desapropriadas

Para iniciar a discussão sobre Território optamos por realizar um breve resgate histórico. dessa categoria, que já pairava nas relação existente entre homem e natureza, quanto a delimitação do seu lócus habitacional. Os naturalistas foram os primeiros, no final do século XVIII, a construir uma conceituação sobre essa temática (Andrade, 1994), dentro de uma perspectiva que considerava os domínios animais e vegetais especificamente na natureza. A categoria território, desde então vem passando por transformações e utilizada, “desde o início do século XIX, por Geógrafos como Friederich Ratzel, muito preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do Território” (ANDRADE, 1994, p.213).

Na geografia, a concepção de território somente foi possível no Séc XIX devido a contribuição de Ratzel sobre “espaço vital”. Considerava o Estado como espaço territorial.

[..]um organismo territorial, daí sua vinculação intrínseca com o “solo” e a idéia de que seu desenvolvimento estaria subordinado às condições naturais. O “solo” se estabelece como uma base concreta dotada de certa potencialidade, cujo teor efetivo dependerá o povo e o desenvolvimento de uma nação. A ênfase recai na relação sociedade-natureza, especialmente no que se refere ao controle e usufruto dos recursos naturais. O enfoque territorial ratzeliano, difundido principalmente por seus discípulos, concebe o Estado como extensão por excelência a comportar o estatuto de território (LIMA, 2004, p.1).

Ratzel foi criticado por diversos autores, entre eles Raffestin (1993) e Souza (2001), quando afirmam que sua obra atribui ao Estado a exclusividade do poder, sendo nessa perspectiva, unilateral e integral (Lima, 2004). Assim, termina por não considerar as territorialidades que emergem das relações sociais. Consideramos que as territorialidades fornecem as características do território. Apontamos, então, o que compreendemos por territorialidades.

A territorialidade corresponde às ações desenvolvidas por vários agentes sociais em uma determinada área geográfica e em um dado momento histórico. As ações são produzidas pelas diferentes relações estabelecidas entre os agentes em um específico recorte espaço-temporal. Nessas relações, estão incluídos não apenas os processos vinculados à esfera da produção, mas também, e talvez de forma mais incisiva, os elementos culturais tais como a lingüística, a moral, a ética, a religião, enfim, o conjunto complexo de padrões de comportamento, dado pelas crenças, instituições e valores espirituais e materiais que são transmitidos

coletivamente e que caracterizam uma sociedade (MACHADO, 1997, p. 28).

No espaço vivido, há um conjunto de valores que reorienta a relação de uso do homem do campo com o ambiente no qual vive. Assim, Haesbaert (1997, p.158) afirma que territorialização é “a apropriação do espaço, ao mesmo tempo concreta e simbólica, envolvendo, sobretudo domínio político e apropriação identificação cultural”. Como exemplo temos as comunidades tradicionais, pesqueiras, indígenas e de camponeses, como é o objeto de nosso estudo.

Partindo da idéia de que o conceito de território não pode ser cristalizado e pensando-o na perspectiva de um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, além de ser um espaço vivido, construído por práticas sociais, destacamos as palavras de Raffestin (1993, p.160), quando indica que o território resulta da interação de “tempo, espaço e relações sociais”. Entender o território desta forma é perceber que as relações sociais “plasmam-se no espaço, no decorrer do tempo” (BOMBARDI, 2004, p.46), territorializando-se, adquirindo características próprias dos grupos sociais que farão parte do espaço por eles apropriado. Assim, as práticas e expressões que garantem que os agentes sociais apropriem-se e permaneçam em um dado espaço conformam a territorialidade (Corrêa, 1998).

2.1. “Território” para o MDA/SDT

No documento *Referências para um Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial¹⁰ (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2003, p.24), o conceito de território é dado como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.(SDT, 2003, p.24).

¹⁰ O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem uma estrutura, no caso, a SDT faz parte dessa. O MDA possui três Secretarias que é a SAF - Secretaria de Agricultura Familiar; SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário que coordena toda a política de crédito fundiário a nível nacional e tem a SDT, que é a Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Composto essa estrutura ainda existe o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A SDT nasceu com a missão de articular as ações, políticas públicas, pra que essas cheguem de uma forma mais organizada em determinadas regiões do País.

Considerando esses espaços como heterogêneos “cada território encerra uma diversidade de atores e de interesses, alguns deles conflitantes, outros não, além de outras características próprias, que os distinguem dos demais” (SDT, 2003, p. 24).

Partindo desse conceito o MDA dividiu o Brasil em 106 territórios, sendo cinco¹¹ no Estado do Ceará, que atendem 17 municípios desde do dia 18 de julho de 2004. Essa concepção seguiu as idéias do Desenvolvimento Rural Capitalista, que tem contribuído com o avanço da questão agrária brasileira, regulando a expansão do modo de produção e fortalecendo a agropecuária de mercado.

Para Antônio Lacerda Souto, Consultor Territorial da SDT/MDA no Estado do Ceará, os elementos que são levados em consideração para a demarcação de um território são:

[...]o sentimento de pertencimento, o número de famílias, a quantidade de assentamentos, os aspectos fisiográficos, as relações intra-regionais, a religiosidade, a coesão política e social, as feiras–livres locais e regionais, as vias de acesso, a existência de bacias leiteiras e a escala de proximidade (LACERDA, entrevista em setembro de 2004).

Tais elementos apontam para um território no qual a sociedade teria condições de se articular de forma coesa, eliminando as rugosidades no interior do território delimitando-o, ou seja, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, o território possui um tecido social, uma organização complexa baseada por laços que vão além de suas características naturais, das despesas de transportes e de comunicações). Então, o “território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 2001, p. 3).

Considerar o território nessa perspectiva é tê-lo como meta principal para o desenvolvimento territorial. Considerando as pessoas como centro de interações, numa perspectiva integradora:

[...]a perspectiva territorial do desenvolvimento rural sustentável permite a formulação de uma proposta centrada nas pessoas, que leva em consideração

¹¹ Como já citado são eles: **Sertões de Canindé** (Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena, Paramoti), **Sertão Central** (Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibareta, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Solonópole), **Inhamuns-Crateús** (Aiuaba, Ararendá, Arneiroz, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipu, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Parambu, Pires Ferreira, Poranga, Quiterianópolis, Santa Quitéria, Tamboril, Tauá), **Sobral** (Alcântaras, Cariré, Coreau, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraujo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral, Varjota) e **Itapipoca** (Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama) - <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=478>

os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais e que contempla a integração produtiva e o aproveitamento competitivo desses recursos como meios que possibilitam a cooperação e corresponsabilidade ampla de diversos atores sociais. Trata-se, portanto, de uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção, através da qual se pretende alcançar: a geração de riquezas com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social; a inclusão social (MDA, 2005, s/p).

2.2 - A definição territorial – Caso do Ceará

No Estado do Ceará foram criados entre 2003 e 2004, cinco territórios: o de Inhamuns Crateús¹², Itapipoca¹³, Sertão Central¹⁴, Sertões de Canindé¹⁵ e Sobral¹⁶. Dentre esses foi escolhido como objeto de estudo o dos Sertões de Canindé, criado em 2004, sendo o último território formado pelo MDA, além de ser constituído por seis municípios (Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena, Paramoti).

O território dos Sertões de Canindé apresenta uma extensão de 8.999,20 km², conta com uma população total de 176.992 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2000). Na zona urbana encontram-se alocados, cerca de 84.438 pessoas, enquanto na zona rural residem 92.448 pessoas, perfazendo um total de 52,27% da população do Território, apresentando uma densidade demográfica média de 19,25 hab/km². Os maiores índices populacionais encontram-se nos municípios de Canindé (39,34%) e Boa Viagem (28,43%); enquanto os menores índices concentram-se nos municípios de Caridade (8,82%), Itatira (8,78%), Madalena (8,40%) e Paramoti (6,20%).

Relacionado a um espaço onde diversos atores sociais se ressentem pela desigualdade expressa, a ‘abordagem territorial’ baseia-se em um processo de planejamento que possibilite promover uma reflexão e a construção de objetivos que fazem parte de uma série de estratégias que assinalam a feição do programa.

¹² Sendo composto pelos seguintes municípios: Aiuaba, Ararendá, Arneiroz, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipu, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Parambu, Pires Ferreira, Poranga, Quiterianópolis, Santa Quitéria, Tamboril, Tauá.

¹³ Composto pelos municípios: Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Mirafima, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama

¹⁴ Composto pelos municípios: Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Solonópole.

¹⁵ Composto pelos municípios: Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena, Paramoti

¹⁶ Composto pelos municípios: Alcântaras, Cariré, Coreau, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapê, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral, Varjota.

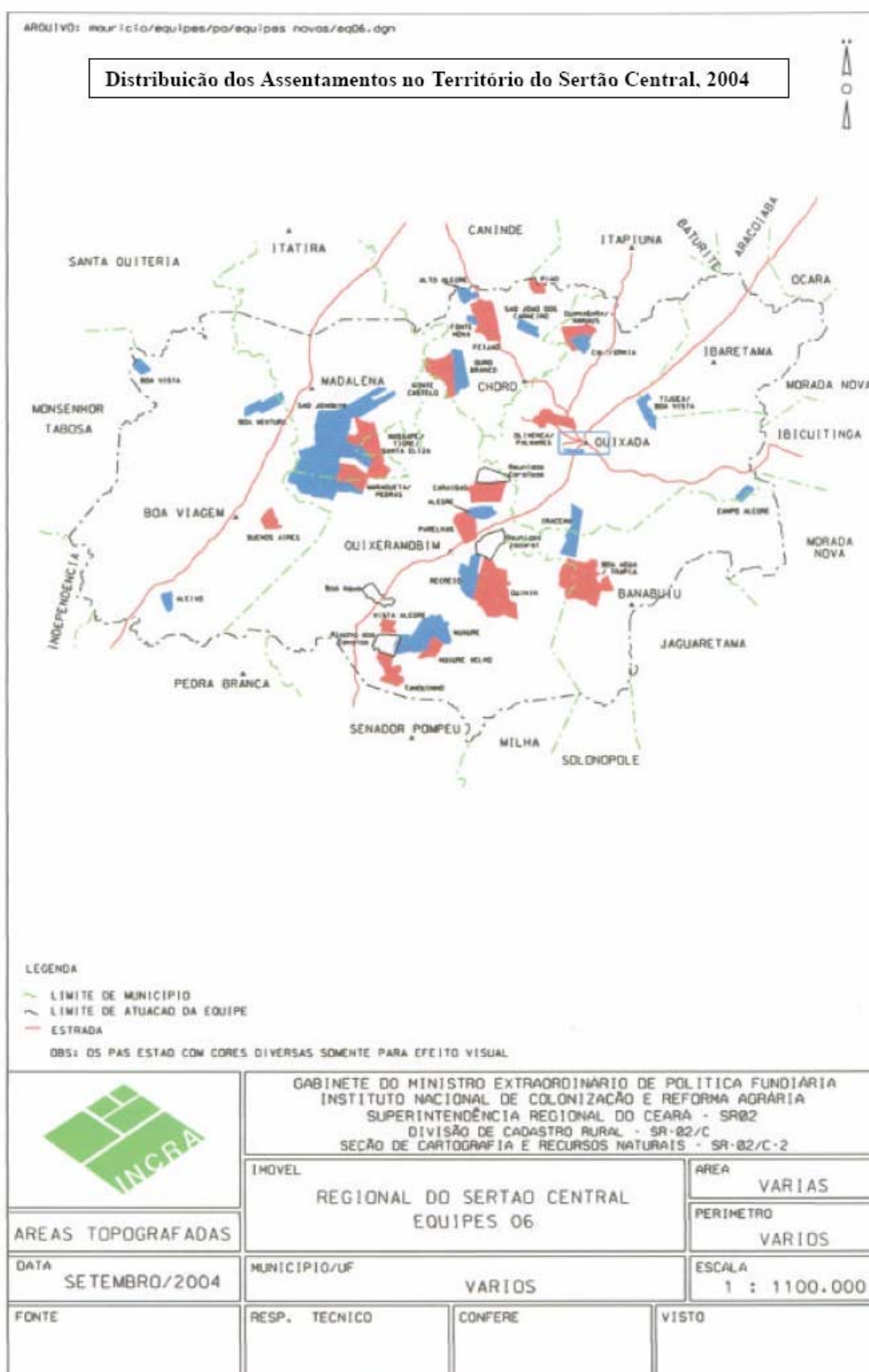
Para delimitação desses territórios, o Ministério contou, inicialmente, com reuniões organizadas junto com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, esse Conselho possui representantes do Governo e da sociedade civil, além de Organizações Não-Governamentais - Ongs e movimentos sociais do campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a Comissão Pastoral da Terra – CPT. No entanto, diversas reuniões, conforme o articulados do MDA no Ceará, tem sido organizadas para se discutir a instituição desses territórios.

Segundo o “Estudo Prepositivo para Dinamização Econômica do Território dos Sertões de Canindé com foco no Desenvolvimento Rural – Ciclo 1” (MDA/SDT)

[...] a formatação desse Território para a implementação da estratégia de Desenvolvimento Territorial da SDT tomou como base alguns critérios, senão vejamos: a existência de um número bastante significativo de agricultores familiares, uma vez, que existem 13.732 empreendimentos classificados pelo MDA como da agricultura familiar; o número de áreas de assentamentos da reforma agrária (existem 73 áreas) e o capital social desenvolvido, em razão das diversas iniciativas de organização social: fórum dos assentados, fórum do semi-árido, inúmeras associações comunitárias, os conselhos municipais de desenvolvimento sustentáveis e movimentos sociais como o MST que tem nessa região uma forte atuação. A regional da FETRAECE também é uma das mais atuantes; enfim são muitas as iniciativas de organização social do território (MDA/SDT, 2005, p.19).

Assim, os Sertões de Canindé constituem-se como um Território resultante de uma discussão efetivada no Território do Sertão Central, posto que os seis municípios citados, segundo o MDA/SDT (2005), até o ano de 2004 faziam parte deste Território (Ver Figura 1). Esse desmembramento proporcionou também o surgimento de questionamentos relativos “a identidade, ao sentido de pertencimento, aos aspectos sócio-políticos e culturais da gente que faz parte do Território” (MDA/SDT, 2005, p.19).

Figura 1 – Distribuição dos Assentamentos no Território do Sertão Central, 2004



Observa-se, nessa perspectiva, que definir território e desenvolvimento territorial é uma tarefa complexa, como afirmou Antônio Lacerda Souto, em entrevista concedida a Equipe da pesquisa em 16 de dezembro de 2005.

[...] quando foi pra definir os territórios, aí foi o primeiro dilema [...] Vocês que são da academia, essa questão do desenvolvimento territorial, ela, não é fácil.[...]. Então, em 2003 essa definição se deu a partir de alguns critérios definido como número de assentamentos na área, número de agricultores familiares. De uma certa forma regiões mais difíceis, semi-árido mais presente, [...]. Aqui foi uma tendência um pouco de pegar essas regiões, pelo menos, do ponto de vista mais geoambiental [...] Mas do ponto de vista mais do conceito, aí nós estamos trabalhando com a questão dos territórios de identidade, que aí vem a questão do sentido do pertencimento, da coesão social, do capital social que tem ali naquela região [...] A partir daí desencadeia uma série de discussões. [...] então, foi por isso que Canindé foi desmembrado. Porque quando a gente abriu essa discussão com eles, eles disseram: “Olha, tem algumas coisas que nos liga: religião, a Br 020, as feiras, a feira de animais, o carro da feira que a gente senta, a gente discute a religião... as festas...” (LACERDA, 16/12/2006).

O que pôde ser percebido é que os Sertões de Canindé não correspondem à proposta lançada pelo MDA que vislumbra uma articulação entre o Núcleo Técnico, a sociedade civil e os articuladores, além da implementação e execução de Programas com vistas ao desenvolvimento territorial dentre outros objetivos. Esse fato foi percebido durante as pesquisas empreendidas no território, visto que

[...] participar de políticas de desenvolvimento é experiência recente no nosso País. Até a década de 1980, o Estado, com o aval do capital, determinava as políticas de desenvolvimento. Com o avanço do neoliberalismo e conseqüente enfraquecimento político do Estado, o capital passou a determinar, financiar e obter financiamento público para as políticas de desenvolvimento. (MANÇANO, 2005, p.4).

O desenvolvimento territorial só pode ser atingido com a participação dos atores sociais envolvidos, principalmente, com a atuação dos moradores dos territórios instituídos. Evidentemente, que essa política terá muitos desafios pela frente e “a reforma agrária é a política pública essencial para o desenvolvimento territorial” (MANÇANO, 2005, p.5).

Os articuladores da SDT e do MDA destacam diversos problemas no território dos Sertões de Canindé, entre eles está a falta de articulação dos sujeitos. Isso se deve, além da falta de experiência do Estado, ao fato das relações sócio-territoriais e socioeconômicas se processarem de forma fragmentada, não se constituindo em redes, não dando forma ao território, nem instituindo singularidades, bem como, há também o fato das estruturas não contribuírem para uma organicidade territorial.

Quando perguntávamos nos assentamentos se os moradores participavam das reuniões da SDT/MDA eles colocavam que “é a gente tem conhecimento, mas quando a gente recebeu o convite já foi em cima da hora, e não deu pra gente ir” (Nonato, Assentamento Vitória, 11/09/2005), ou ainda, “[...] logo no início participei de diversas reuniões desses territórios

em Canindé, [...], eu nem sei mais como é que tá essas reuniões, porque nós não recebemos mais convite informando os dias, as datas, porque eu acho que teve mudança, não sei..., só sei dizer que nós não fomos mais comunicados” (Antonieta, Assentamento Tiracanga, set/2005).

Percebemos que no início da instituição dos territórios houve um trabalho de divulgação entre a população, entretanto, essa articulação tem sido cada vez menos expressiva, justificando a razão de muitos assentados não comparecerem mais às reuniões e não saberem o que tem sido realizado no Território. Para o MDA/SDT (2005), o “Programa de Territórios Rurais não propõe uma ou outra forma de institucionalidade para a gestão do desenvolvimento, mas trabalha com algumas referências e marca a necessidade de que tal, ou tais, institucionalidade (s) exista (m) de fato” (p.11).

Outra questão problemática é orçamento do Programa, pois os atores não pensam neste território como um todo quando o assunto são as verbas para financiamentos dos projetos: “[...]é nesse momento que se mede a compreensão do conceito de desenvolvimento territorial. Visto que quando um projeto é aprovado e libera-se a verba diversos atores que participam desse processo fazem questão de beneficiar o seu município de origem, não pensando no Território como um todo” (Lacerda, entrevista out/2005). Ou seja, há vários projetos aprovados, voltados para os municípios que apresentam uma proposta de execução mais solidificada, ou uma maior articulação. É o caso dos Projetos dos Kits de Feiras¹⁷, das Casas de Mel e dos Matadouros. Para a realização desses projetos e mais a despesa dos articuladores, foi liberado cerca de R\$ 360.000,00 no ano de 2005. Além desses projetos há a articulação de outras políticas como PRONAF¹⁸ Jovem; PRONAF-Mulher; PRONAF-A, B, C, a Infra-estrutura; o de Assistência Técnica e o de Crédito, entre outros.

O território apresenta um tecido social, uma organização intrincada, ou seja, uma trama de relações e configurações históricas, políticas e mesmo de identidades. Foi com essas características que se puderam ser identificados um dos critérios principais para o estabelecimento da definição da categoria território conforme o MDA, ou seja, com foco na identidade (Abramovay, 1999).

¹⁷ “A idéia é que ele seja 20 barracas móveis, barraquinhas cobertas com um lugarzinho pras pessoas botarem lá seus produtos, né; uma balança grande pra pesar aqueles produtos que chegam em quantidade; balanças pequenas pra ficar nas barraquinhas, pras pessoas vender e pesar; um kit de som, um serviço de som que é pra animar a feira, né? A gente quer também trabalhar por dentro da feira a questão cultural, né? Resgatar, trazer sei lá, os violeiros, trazer pessoas que possam animar a feira; que a feira seja um momento também de atração cultural, de resgate, né? De venda, mas também de integrar ela em outras questões. E agora, um freezer que é pra colocar alguns produtos que são perecíveis, o que a gente chama kit” (LACERDA, set/2005).

¹⁸ Maiores informações no Tópico 4.3. Políticas Públicas, Projetos e Ações desenvolvidos nos assentamentos.

Para Lacerda, em entrevistas concedidas à Equipe, outros critérios foram: o número de assentamentos de reforma agrária e de agricultores familiares, unidades geoambientais, vias de comunicação em comum, aspectos culturais. No entanto, tais critérios não são suficientes para garantir a estabilidade dos territórios, ou mesmo a articulação para a instituição dos núcleos.

A concepção de território considerada mais consistente é a de que o território deve atender aos princípios norteadores da agricultura familiar camponesa, ou seja, a que vem sendo discutida pelos movimentos sociais no campo, principalmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, a Comissão Pastoral da Terra - CPT e o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Esses movimentos vêem o território como um contíguo de exercícios e expressões materiais e simbólicas capazes de avalizar a apropriação e a permanência em um dado espaço territorial, demarcado por atores sociais, pelo Estado, pelos grupos sociais e por empresas.

Vale destacar que mesmo considerando a categoria território nesse estudo, esse não é o único paradigma da questão agrária. Para a elaboração de um plano consistente de desenvolvimento territorial existem muitos outros pensamentos a serem tomados como essenciais para se alcançar o objetivo do Estado, como, por exemplo, a discussão crítica sobre as **relações sociais**.

2.3 – Histórico dos assentamentos: Luta e Resistência em Terras desapropriadas

A proposta de pesquisa estabelecida pela Equipe “Acesso a Terra – Ceará” apresentou-se, para as instituições parceiras, como um grande desafio, pois definiu como perspectiva metodológica a realização de uma pesquisa que contou com o envolvimento dos atores sociais que compunham o Território escolhido para estudo, os Sertões de Canindé. Seus depoimentos se configuraram como elementos essenciais à compreensão desse espaço físico, econômico, social e cultural. Na perspectiva de dar força e visibilidade à voz desses sujeitos, retomamos o que afirmam Heredia, Medeiros et al. (2000/2001), no artigo “Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil”¹⁹, sobre como os assentados buscam espaços para se fazerem ouvir:

A experiência de luta pela terra e a existência do assentamento enquanto espaço de referência para políticas públicas, entre outros fatores, fazem com que os assentamentos tornem-se ponto de partida de demandas, levando à

¹⁹ Disponível no site <http://www.mst.org.br/informativos/minforma/estudo_ufrj.rtf> . Acesso em: 02/05/2006.

afirmação de novas identidades e interesses, ao surgimento de formas organizativas internas (e também mais amplas) e à busca de lugares onde se façam ouvir (HEREDIA, MEDEIROS et al., 2000/2001, *s/p*)

É conveniente destacar, ainda, que a opção por três assentamentos para a formulação e realização do estudo tem repercussão na precisão das informações apanhadas, quanto às singularidades encontradas em cada Território do Estado. Ao mesmo tempo que, com essa amostra, seria possível uma maior aproximação com as comunidades que estão sendo assistidas, ou não, pelo MDA/SDT.

Foi a partir das entrevistas realizadas, que tecemos o histórico dos assentamentos rurais Tiracanga (Canindé), Jacurutú (Canindé) e Vitória (Itatira), esses tiveram seus processos de desocupação marcados por conflitos que serão descritos a seguir.

2.3.1 -Assentamento Vitória

O Assentamento Vitória, localizado no Município de Itatira, distrito de Bandeira, dista 26 km da sede municipal. Vale ressaltar que este Município está a 201 km² de Fortaleza, tendo como principal via de acesso a BR 020 (Alencar, 2000). O Assentamento possui uma área de 2.300 hectares e é constituído basicamente por três comunidades: Mato Grosso (sede), Areias e Bandeira Velha, onde atualmente estão assentadas cerca de 50 famílias. Considerando os agregados passariam a 66 famílias. Este assentamento foi criado pelo Programa Cédula da Terra, através da portaria n. 236/88 do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE. Vale dizer que no momento de sua desapropriação, um total de 73 famílias foram beneficiadas.

Entretanto, para se compreender o histórico do acesso a terra nessa localidade é necessário, além de considerar as entrevistas, tomar como referência autores como Alencar (2002) e Júnior (1994). Conforme Alencar (1994), Bandeira Velha iniciou sua ocupação durante a década de 50, quando se deu a chegada da Família Simplício de Castro na localidade. Esse autor realizou entrevistas (Alencar, 1994), e aponta que quem queria morar na área, pedia permissão ao Sr. Antônio Umbelino. Tal prática foi iniciada em 1958, com a construção das primeiras casas. As duas famílias principais desse processo de ocupação eram compostas por trabalhadores sem terra e agricultores que estavam em processo de migração à procura de terra para residir e trabalhar.

Na realidade, ao expressar o desejo de permanecer nas terras, o proprietário da fazenda estabeleceu algumas regras nas relações de trabalho/renda. Ainda, de acordo com Alencar

(1994) essas regras basearam-se em: trabalharem dois dias por semana para o proprietário (a um preço inferior ao da região para a zona rural); cultivarem somente milho e feijão; o pagamento da renda da terra correspondia a um terço da produção do algodão; além da comercialização imediata da produção ser feita com o proprietário.

Não possuindo herdeiros em primeiro grau, quem assumiu a administração da área foi o sobrinho do proprietário (1965 a 1977), que mudou as regras da cobrança da renda da terra e da relação de trabalho:

[...] quando o proprietário brocasse e cercasse a terra para plantar, a renda cobrada seria de 50% da produção, isto é, a renda conhecida como meia; se o trabalhador recebesse a “terra virgem” para explorar e cercar, a renda cobrada seria de 5/1, ou seja, um quinto de toda produção seria dos herdeiros” (ALENCAR, 1994, p.65).

Com o falecimento de Antônio Umbelino, os sobrinhos começam a mandar, mudar as regras, bem como as terras passam a mudar de dono. Foi nesse momento que a questão da renda e as relações de produção começaram a se agravar. Joaquim Magalhães, que comprou as partes da herança de quinze herdeiros (maior parte das fazendas Mato Grosso, Cachoeira Cercada e Bandeira) de Antônio Umbelino, tornando-se proprietário no período. De 1977 até 1979.

De acordo com o Sr. Evangelista, ex-presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Itatira, as desavenças iniciaram-se quando Valdetário chegou no assentamento “dizendo ter adquirido a terra” (Sr. Evangelista, setembro de 2005), logo após a morte do Sr. Joaquim Magalhães, antigo proprietário.

Ao assumir a administração do imóvel, o arrendatário faz uma reunião com os moradores para estabelecer novas condições para o pagamento da renda da terra, bem como das relações de trabalho, que foram as seguintes: a) que todos os trabalhadores assinassem um contrato de moradores novos da fazenda; b) que toda a madeira das brocas que servissem para caibro, ripa, linha era dele; c) a madeira das brocas que fosse boa para a cerca era usada nas cercas da fazenda; d) a madeira boa para fazer carvão deveria ser colocada na estrada, para um carro apanhar com objetivo de vendê-la, na cidade. O dinheiro da venda seria dividido em duas partes iguais, metade para o arrendatário, e a outra metade para os agricultores; e) a renda cobrada seria de 5/1 sobre toda a produção, ou seja, um quinto de toda e qualquer produção agrícola pertenceria ao arrendatário” (ALENCAR, 1994, p.66-67).

O Sr. Valdetário ocupou as terras da Fazenda e passou a apoiar trabalhadores rurais que realizavam serviços para ele e em troca cultivava milho e feijão. Entretanto, quando estava próxima a colheita soltava o gado que comia o milharal. Essa situação, unida as regras impostas pelo arrendatário, além do fato do Sr. Valdetário ter apresentado aos moradores um

documento que indicava que ele era proprietário de 3.374,5 hectares da Fazenda, levou a uma revolta que durou cerca de quinze anos. O Sr. Evangelista, que já fazia parte do Sindicato, constatou a ilegitimidade do documento.

Ora, e assim foi que os antigos tomaram todas as terras dos pobres. Foi assim quando ia pra justiça era perdido. (Sr. Evangelista, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itatira, entrevista realizada em setembro de 2005).

Vale dizer que quem apoiou os moradores foi, principalmente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itatira e a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará – FETRAECE, esses possuíam uma configuração política mais articulada dentro do quadro social apresentado. Segundo um morador do assentamento,

Naquele tempo o movimento²⁰ existia, mas muito, muito longe, muito fraco. A gente ouvia muito falar do movimento, mas lá. Depois que cresceram mais movimento, aqui mesmo no município do Canindé... É que o movimento passou a ser divulgado, passou a ser conhecido. Mas naquele tempo, o CPC, tem o Movimento Sem Terra. Quem ainda me disse que acompanharia, mas no dia bateu fofo foi a CUT. Porque no dia em que precisei, ele disse que tava fazendo a campanha do companheiro Lula, e naqueles dias não podia. (Morador do Assentamento)

Quando questionado sobre a atuação da Igreja colocou,

A Igreja daqui só reza mesmo a ladainha, não acompanha a guerra não. [...] a Igreja aqui não enfrenta não. Apareceu umas freiras ali que eram, como é meu Deus... da CPT, mas também tem medo de polícia no derradeiro não se identifica. (Morador do Assentamento, entrevista realizada em setembro de 2005).

Valdetário ficou inconformado com a posição dos trabalhadores rurais e passou a usar do seu poder, pois acumulava as seguintes funções: advogado, delegado da polícia civil, suplente de deputado estadual, e exercia cargo de Diretor Técnico do Instituto de Terras do Ceará (ITERCE) (ALENCAR, 1994).

De uma área com 3.379,4 há, 51ha são desapropriados, uma vez que eram terras privadas e pertenciam ao irmão do arrendatário do imóvel. Foram arrecadados 3.319,4 há, por serem tidas como terras devolutas, o que significa terras que pertencem ao Estado. A emissão de posse ocorreu em 21 de dezembro de 1987. Após seis meses, os herdeiros de Antônio Umbelino, entraram com um processo contra o IDACE, com o objetivo de serem ressarcidos ou indenizados com as terras de Cachoeira Cercada e Bandeira, posto que o argumento dos mesmos era que a terra era privada, com registro de título de propriedade em cartório, tudo legalmente. Somente em 1989 foram resolvidas as pendências de litígios e os herdeiros foram

²⁰ Referência ao MST

indenizados pelo valor da “terra nua.”. Valdetário Alencar recebeu pelas suas benfeitorias e a propriedade passou a ter 3.274,4 ha, no entanto, ainda não foi obtido um consenso, sobre a área real do Assentamento Vitória, em virtude dos problemas jurídicos/administrativos/políticos de que foi alvo o imóvel.

Em 1988 a Fazenda Vitória foi dividida em duas áreas. O outro assentamento, atualmente é chamado de Cachoeira Cerca, e não foi escolhido como um dos objetos de Pesquisa.

2.3.2 – Assentamento Tiracanga Logradouro

Posterior ao conflito por acesso a terra, ocorrido no assentamento Vitória, em Itatira, houve uma reivindicação semelhante na Fazenda Logradouro (2.141 ha), no Município de Canindé a 18 km da sede. O proprietário da Fazenda, Sr. José Maria era conhecido pela forma autoritária com que tratava seus moradores. As condições de trabalho eram precárias e a terra disponibilizada para o plantio não atendia a expectativa dos que ali viviam.

Para agravar a situação, alguns moradores das proximidades da Fazenda - que a algum tempo solicitavam ao proprietário que uma parte das terras se tornasse assentamento - sem a autorização do Sr. Zé Maria, decidiram brocar um terreno que não estava sendo utilizado. Essa atitude provocou uma reação imediata do proprietário que acionou a polícia visando a expulsão dos “invasores”.Dez foram presos e passaram cerca de 37 dias na cadeia de Canindé (Sr. Chicão, entrevista realizada em set/2005).

Foi nesse quadro, diferentemente do que ocorreu no Assentamento Vitória, que se configurou, inicialmente, a ação da Igreja. Na década de 50 a Igreja Católica passou a participar dos debates sobre a reforma agrária, mas foi no início dos anos 70 que passou a se posicionar, apoiando as lutas de resistência dos trabalhadores do campo, por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs (nas figuras do Pe. Moacir e da Irmã Cleide), assumindo a postura de denunciar as situações de injustiça no meio rural, exemplo foram as áreas onde se encontram posseiros (Lima, 2005). Foi por meio da Igreja no campo que diversos conflitos de terra chegaram ao conhecimento da sociedade civil, ganhando dessa forma, apoio e novos aliados para continuar resistindo às pressões de quem se encontrava no poder, levando o camponês a ter consciência dos seus direitos.

Foi nesse contexto que se configurou o papel da Igreja de Aratuba (na figura do Pe. Moacir) para que ocorresse a desapropriação da Fazenda Tiracanga. Outros atores sociais

foram importantes para que esses camponeses conseguissem a emissão de posse: os trabalhadores do Movimento Sem-Terra e o Sindicato dos Trabalhadores rurais de Canindé.

Após essa reação do proprietário, os moradores reagiram com o auxílio da Igreja e do sindicato de Canindé e esses dois atores iniciaram um processo para que fosse efetivada a desapropriação da Fazenda. O MST passou a participar, intervindo junto ao Incra para que fosse efetivada a desapropriação por interesse social. O Movimento ocupou a propriedade e levantou acampamento, sendo que esses esperaram cerca de cinco anos para que fosse construída alguma infra-estrutura.

[...] no primeiro momento o Incra só fez botar nós aqui, porque nós passamos cinco anos aqui sem recurso nenhum pelo Incra. Fiquemos debaixo de lona, depois que começamos fazer uma casa, taperazinha de taipa (Miguel, presidente da associação, entrevista realizada em setembro de 2005).

Tiracanga foi desapropriada por interesse social no dia 27 de dezembro de 1989, de acordo com a Constituição de 1999, no Artigo 5º “A desapropriação por interesse social, aplicável ao imóvel rural²¹ que não cumpra sua função social, importa prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária”. A situação da Fazenda encontra-se atualmente regularizada.

O assentamento é dividido em partes individuais e coletivas, possui 51 famílias e cada uma tem direito a 23 hectares, as parcelas. Atividades como construir uma cerca ou um curral são realizadas coletivamente.

2.3.3 – Assentamento 25 de Dezembro (ex - Jacurutú)

Desapropriado em 1995, o Assentamento Jacurutú, localizado a 30 Km da cidade de Canindé pertencia ao Sr. José Liberato Barroso, conhecido como Chara Barroso. A primeira parcela da Fazenda (Br 020 sentido poente²²) foi desapropriada em 1983, no entanto, em 1989 o MST ocupou a 2ª parcela da Fazenda (BR 020 sentido poente), perfazendo um total de 5.460 hectares desapropriados.

Cerca de quatro mil pessoas acamparam na propriedade por onze dias. O proprietário conseguiu expulsar os camponeses, que permaneceram por cinco anos nas proximidades, pressionando INCRA quanto a desapropriação. Conseguiram a emissão de posse no dia 27 de dezembro de 1995. Vale ressaltar que a prioridade na emissão de posse era dos antigos

²¹ Imóvel Rural: o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.

²² Essa terminologia é usada pelos assentados de Jacurutú quando se referem a parte mais próxima da Br 020 (Br 020 sentido poente) e a parte mais afastada da Br 020 (Br 020 sentido nascente). Essa última foi a área escolhida para a Pesquisa.

moradores e segundo o Sr. Evenilson, já conhecia casos de assentamentos vizinhos (o Lagoa Verde; o Suíça; o Ipueira da Vaca; o Logrador; o Armador e o Tiracanga) onde, com ajuda do MST, haviam conseguido a desapropriação da Fazenda e o direito dos antigos moradores serem beneficiados primeiramente. Por essa razão, os mais antigos preferiram não seguir o proprietário da Fazenda quando esse perdeu o direito de posse.

A partir desses conhecimentos, aliás, nesses assentamentos tudo eu tenho amigos, né? Aí fica repassando pra mim como era a convivência dentro dos assentamentos... [...] por isso que chegou o ponto de eu achar melhor ficar aqui na fazenda. E fiquei e tô satisfeito, né? Apesar de algumas dificuldades que a gente sofre (Sr. Evenilson, entrevista realizada em setembro de 2005).

Atualmente, vivem cerca de 130 famílias em Jacurutú, sendo toda a propriedade de uso coletivo. Ou seja, diferente dos assentamentos Tiracanga e Vitória essa propriedade não é parcelada. O assentamento da Br 020 nascente foi parcelada, mas não analisamos essa parte da Fazenda. A Fazenda completa possuía 21 mil hectares. Destacamos ainda, que devido ao tamanho da propriedade, os camponeses acharam por bem, há um ano e meio, dividir a Associação dos Trabalhadores Rurais em duas. Pode-se perceber essa divisão da Fazenda, na fala do Sr. Evenilson,

Porque a fazenda repartida com essa reforma duas vezes, né? Em 1983, foi desapropriada, como eu já falei pra Senhora, da BR, da 020 para o poente, né? Essa parte lá foi parcelada né? Os camponeses receberam os títulos da terra. E em 1995 foi parcelada da 020 pro nascente, que é justamente onde nós se encontra hoje. Essa é coletiva não foi dividida. E não sendo dividida não sendo parcelada, como a gente chama, não pode ser vendida (Sr. Evenilson, entrevista realizada em setembro de 2005).

Como se pode perceber, nesse quadro, o ator social essencial no processo de resistência foi o MST, juntamente com a organização dos moradores que já residiam na área. Percebemos uma relação forte entre as desapropriações e as iniciativas dos trabalhadores rurais e seus movimentos, trazendo elementos para reflexão sobre um tema que recorrentemente volta às páginas dos jornais e revistas: as ocupações e os conflitos de terra.

Nesse panorama adentra-se aos aspectos de Infra-estrutura, Produção, Equipamentos e Serviços dos assentamentos pesquisados, para assim, compreender-se como esses se organizam, sobrevivem e se reproduzem as famílias que vivem nesses *lócus* habitacionais.

Capítulo 3 Infra-Estrutura, Produção, Equipamentos e Serviços.

3.1 - Infra-estrutura - Moradia, Energia e Água

O crescimento da urbanização no Ceará e nos Sertões de Canindé representa também mudanças nas condições de vida da população. Embora deva-se ressaltar que este crescimento tenha relação direta com o Decreto- Lei 311, de 1938, que transformou todas as sedes de municípios do Brasil em cidades (VEIGA, 2002). Após essa ressalva, pode-se questionar a taxa de crescimento da urbanização tanto do Ceará como nos Sertões de Canindé. A carência de infra-estrutura e serviços nas sedes dos municípios denuncia o seu status de cidade, além da especulação imobiliária que amplia a segregação social, definindo lugares sociais entre centros e periferias.

Vale frisar, conforme Sales (2004) que o tipo de **moradia** da maioria da população dos Sertões de Canindé demonstra a forma de vida dos que aí vivem. Chama-se propriedade familiar²³. Mesmo considerando a diminuição gradativa da extensa família rural, ainda assim as casas, principalmente no meio rural, são compactas e com condições mínimas de habitação, as quais são construídas com materiais, geralmente, de baixa qualidade, isso quando recebem o crédito de habitação concedido pelo INCRA, esse é o caso dos três assentamentos estudados, mas existem assentamentos que não foram beneficiados com esse crédito e que construíram suas casas com madeira e barro (casas de taipa). Uma melhoria da situação habitacional dessas áreas representaria importante mudança das condições de vida da região, visto que

[...]não obstante suas particularidades técnicas, organizacionais e sociais, a construção civil nos assentamentos pressupõe uma integração comercial com o município e a região.(BERGAMASCO, NODER et al.,2004, p.119)

Somando-se a isso as casas localizadas na periferia da sede e no meio rural, principalmente as residências em assentamentos, têm dificuldade de obter água canalizada e tratada, e a maior parte delas não tem esgoto, nem fossa e, por vezes, não dispõem também de energia elétrica. No caso dos assentamentos estudados, somente o assentamento Vitória não possuía **energia elétrica**. A obra havia sido por diversas vezes iniciada e parava.

²³ O inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), define como "Propriedade Familiar" o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, absorve toda a força de trabalho, garantido-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros.

Entre os Programas do Governo, que objetivavam a instalação de energia elétrica no Estado, estavam, primeiramente, o Programa São José, na década de 80 e início de 90, posteriormente o Projeto “Luz no campo/Lumiar”, que deu continuidade ao Programa de Eletrificação Rural com recursos do Projeto São José, e atualmente com o Programa “Luz para Todos”. A alegação dos municípios dos Sertões de Canindé para o embargo das obras foi a falta de verba para dar seqüência ao Projeto. Entretanto, hoje, está em vias de conclusão a instalação de energia elétrica na propriedade Vitória, isso viabilizada pelo Projeto “Luz para Todos”.

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “Luz para Todos” foi instituído através do Decreto n.º 4.873 de 11 de novembro de 2003, com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas até 2008, em todo o Brasil (Governo Federal, 2005)

Os demais assentamentos possuem energia elétrica e foram beneficiados pelo Projeto Luz no Campo/Lumiar, esse programa foi lançado em dezembro de 1999 no governo de Fernando Henrique Cardoso. É importante destacar que a energia tem sua utilização, majoritariamente, voltada para o consumo doméstico, sendo pouco aproveitada nos processos produtivos.

Outro ponto revelante nessa discussão é o fato das áreas rurais do Território dos Sertões de Canindé não possuírem instalação sanitária e quando as têm, são fossas improvisadas ou construídas de formas rudimentares, ou ainda utilizam rios, lagos e o mar para despejo de dejetos.

Além da situação de falta de **saneamento**, os Sertões de Canindé são penalizados pela seca e precário **acesso a água**. Nos assentamentos rurais a população recorre aos açudes²⁴, poços artesanais e cacimbas e, a quase totalidade a água utilizada não é tratada. É importante ressaltar que nos últimos anos a igreja católica através da Cáritas tem desenvolvido projetos de implantação de cisternas de placas, objetivando armazenamento de água para consumo doméstico no espaço rural. Essas são alternativas desenvolvidas pelo Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e Projeto Uma Terra e Duas Águas (P1+2) no Ceará, organizados pela Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), uma rede de entidades que atua em 11 estados.

Nos três assentamentos que foram pesquisados, as famílias estavam construindo suas cisternas de placa, com o apoio da ASA e do INCRA, mas outras cisternas foram encontradas nessas propriedades, doadas por uma ONG Alemã há alguns anos, segundo depoimentos dos moradores.

²⁴ Tiracanga possui três açudes; Vitória e Jacurutú possuem dois.

De acordo com o Sr. Evenilson, só no assentamento Jacurutú “80% dos camponeses, agora, vão ficar abastecido com cisterna de placa.”. Nos demais assentamentos as cisternas tem proporcionado outras possibilidades de abastecimento de água às famílias. Um exemplo é o assentamento Vitória. onde, pelo menos uma vez na semana, os moradores da comunidade de Areais abastecem suas caixas d’água por meio de carros pipa (R\$15 cada carro com água). Agora, com a construção dessa estrutura poderão economizar.

Outra benfeitoria que está sendo realizada nesse assentamento é a construção do sistema de abastecimento de água encanada. Os próprios moradores são responsáveis pela obra. Este Projeto é da Prefeitura de Itatira. No tocante a moradia, vale salientar, que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, no geral, a avaliação é positiva. Para eles, todas as exigências conseguidas têm sinônimo de liberdade, posto que antes eles deviam obediência aos donos das terras.

3.2 – Produção - Agricultura, Segurança Alimentar e Pecuária

Pesquisas realizadas nos últimos anos têm comprovado que Prova dessa assertiva está no fato de serem constatados casos em que o processo produtivo implementado pelos assentados gerou um efeito sobre os ganhos da comunidade. É a situação

[...]de uma forma geral, os assentamentos tenderam a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalaram, muitas vezes anteriormente caracterizadas por uma agricultura com baixo dinamismo. A diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas e em alguns casos mudanças tecnológicas refletiram-se na composição da receita dos assentados, afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária etc..., com efeitos sobre a capacidade de o assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional. (MEDEIROS e LEITE, 2004, p. 37).

O assentamento Tiraçanga, através de uma assessoria prestada a comunidade, via ESPLAR, possibilitou aos camponeses plantarem, por meio de processos agroecológicos, legumes e verduras e a venderem o excedente, quando é necessário. Essa assessoria utilizou, principalmente, os conhecimentos dos moradores para que dessem continuidade aos ensinamentos dos mais antigos.

Os moradores dessas áreas, segundo os assentados, adquiriram um papel importante na dinâmica econômica do Território dos Sertões de Canindé, pois são compradores em potencial, ou seja, fazem com que nas sedes municipais, principalmente em Canindé, a renda gerada pela venda de excedentes agrícolas somada aos recursos provenientes do Bolsa Escola

e Bolsa Família, seja revertida na compra de produtos não comercializados, nem produzidos nos assentamentos. Vale ressaltar que dos produtos provenientes dos assentamentos, pode-se destacar os sabonetes e *shampoos* feitos à base de **nim** (Ticaracanga) e tijolos artesanais (Jacurutú). Nesse contexto o setor econômico que mais se beneficia com a venda desses produtos é o setor terciário, principalmente o comércio varejista. Os assentados compram e ao mesmo tempo vendem seus produtos para moradores da região. Nos assentamentos pesquisados, a agricultura familiar ainda é a principal atividade econômica.

[...] hoje o comércio é mais com esse povo dos assentamentos, quando recebe *esses* dinheiro, melhora muito pra eles o comércio. Também dos aposentados porque se não fosse isso eu acho que o comércio não tinha o progresso que tem hoje. (Sr. Luiz Eduardo, Assentamento Tiraçanga. Entrevista realizada em setembro de 2005).

Com relação a produtos cultivados, chama atenção à recorrência dos destinados à alimentação familiar ou a venda, mesmo inexpressiva, em mercados locais: trata-se do que Medeiros e Leite (2004, p.37) chama de produtos estratégicos, “funcionando quer para obtenção de renda monetária, quer para o autoconsumo”. Exemplo desses são, prioritariamente, o feijão e o milho plantados nas três propriedades.

No caso de Tiraçanga e Jacurutú, ainda é realizado o plantio em áreas coletivas devido à própria organização interna do assentamento. No entanto, essa prática foi deixada para trás no assentamento. O senhor Evangelista afirma que a prática coletiva era realizada, principalmente, durante a década de 80. Entretanto, só obtiveram sucesso nos primeiros anos da desapropriação. Problemas financeiros dos moradores e algumas desavenças fizeram com que essa atividade fosse substituída pela produção individual.

Quando o Professor Amaro começou a andar por aqui, aí que foi uma beleza, mas nessa época dele como técnico nós ficamos trabalhando coletivamente só mais um ano (Nonato, entrevista realizada em setembro de 2005).

Hoje o que se produz coletivamente no assentamento, visando o lucro, é a mamona. Essa prática tem sido incentivada por uma organização alemã que objetiva a produção do Biodiesel²⁵, essa é a compradora da produção de vários assentamentos nos Sertões de Canindé e Sertão Central. Esse tipo de plantação não é feita em Jacurutú, mas em Tiraçanga Logradouro é produzida por algumas pessoas, não sendo fruto da ação coletiva, conforme depoimento da líder comunitária:

²⁵ A matéria-prima para a produção de biodiesel requer além do óleo vegetal (podendo ser extraída da mamona, soja, palma, amendoim, babaçu, entre outros) ou gordura de animais, álcool (metanol ou etanol) e o catalisador da reação (soda cáustica = NaSO4).- <http://www.fapepi.pi.gov.br/sapiencia2/especial1.php>

É elas²⁶ fizeram o plantio de mamona, elas fizeram o projeto. Mas, nós não aceitamos não e nós adivinhemos. Agora têm muitas pessoas na nossa comunidade que têm mamona e que tá levando pra vender, mas sem projeto, sem nada. Vamos experimentar mesmo sem projeto. (Antonieta, Líder comunitária e professora de alfabetização de jovens e adultos da associação Tiracanga II, entrevista realizada em setembro de 2005).

No que se refere à produção de milho e feijão os camponeses visam, primeiramente, a subsistência das famílias e o excedente, praticamente inexpressivo é vendido a atravessadores e nas feiras-livres. Para o atual presidente da Associação do assentamento Vitória, Sr. João,

Se o cara quer vender não compensa levar pra outro lugar não [...] quando você tem que ir, você tem que pagar o frete. Aí só deixa um real de diferença, por saco, se você for de frete dá na mesma. [...] é transporte, é trabalho, e tudo que você gasta [...] é melhor vender ao Tobias, ele é o atravessador daqui (Nonato, Presidente da associação do assentamento Vitória, entrevista realizada em setembro de 2005).

Os laudos do INCRA indicam que produtos como algodão e mandioca ainda são plantados nessas áreas, mas em quantidade inexpressiva²⁷, pois se têm priorizado as terras de grande potencial agrícola para o plantio de milho e feijão.

Nos processos produtivos desenvolvidos nos assentamentos a preocupação é garantir a reprodução das famílias camponesas com seus hábitos culturais, daí a necessidade de buscar apoio financeiro e técnico que seja capaz de garantir a alimentação. No Território de Sertões de Canindé, ONGs como o ESPLAR, CETRA e outras têm se preocupado com essas questões e empreendido cursos de capacitação como de apicultura, hortas medicinais, agroecologia, entre outros. Uma das entrevistadas destacou a atuação do ESPLAR no assentamento Tiracanga Logradouro, com relação a capacitação dos assentados para adquirirem financiamentos²⁸.

²⁶ Antonieta (Líder comunitária e professora de alfabetização de jovens e adultos da associação Tiracanga II) se refere à Socorro (integrante do grupo de mulheres do Tiracanga I) que está iniciando, junto a outros moradores, o plantio da mamona.

²⁷ A inexpressividade aí colocada se refere a uma produção que não atende nem mesmo as necessidades de subsistência das comunidades, visto que ²⁷, “como o principal produto da mandioca são as raízes, ela necessita de solos profundos e friáveis (soltos), sendo ideais os solos arenosos ou de textura média, por possibilitarem um fácil crescimento das raízes, pela boa drenagem e pela facilidade de colheita. Com relação à topografia, deve-se buscar terrenos planos ou levemente ondulados, com declividade de até 5%, podendo ir até 10%. Em ambos os casos, deve-se utilizar práticas conservacionistas do solo, pois os plantios de mandioca estão sujeitos a acentuadas perdas de solo e água por erosão”.

O que eu aprendi lá era como liderava, como formava um projeto, porque tem muita área de crédito ai pra nós, né e eu não sabia não. Aí ele deu a explicação lá que pra gente fazer um projeto precisa a gente ver se tem uma área, pra gente colocar aqueles animais adequado, fazer o ralheamento, se tem água suficiente. Se não tem forragem daí por diante aqueles bichos vão morrer, né? Não tem forragem pra eles comer se acaba o projeto em nada e nada vai pra frente achei muito importante isso aí.[...] O Esplar uma coisa que ensinou foi a não ficar só dentro de casa, isso que fez eu sair assim ter coragem pra viajar. Eu já agradei foi a ela, tirar daqui pra ir a uma rua, eu não sabia o que era Esplar, uma semente selecionada, as variedades de sementes, pela Esplar eu já tenho conhecido variedade de sementes, fazer amizade com as pessoas.[...]. Eu sei que achei muito bom.(Socorro, Integrante do grupo de mulheres do Tiracanga I, setembro de 2005).

Sobre a atividade pecuária²⁹, essa também apresenta inexpressividade econômica no contexto territorial. É voltada para a subsistência, e, nesse sentido, uma das atividades principais realizadas nos assentamentos, embora não exista a comercialização.

Inserida na dinâmica da economia cearense como uma atividade tradicional, a agropecuária foi responsável pela ocupação do Sertão do Estado, além de ter sido considerada como a primeira atividade econômica de porte que se firmou no Ceará.

Ao se analisar a história da economia agropecuária cearense, seja no seu passado remoto como em sua evolução mais recente, o que se constata, é a sua instabilidade, na condição de supridora secundária de matérias primas e sua permanente dependência de estímulos externos para expandir-se (FILHO, 1995, p. 5).

A atividade pecuária é realizada em todo território cearense, de maneira semi-extensiva, estando a maior concentração dos efetivos de bovinos alocados nos Sertões de Canindé e no Sertão dos Inhamuns, principalmente nos municípios de maior extensão geográfica (Silva, 2004). Foi responsável pela ocupação do Sertão cearense, “graças a adaptação às condições fisiográficas, favorecidas pelos pastos naturais e extensas superfícies aplainadas” (Silva, 2004. p. 129). Neste Território a pecuária se expandiu com facilidade, mesmo diante das adversidades. Vale destacar que a importância econômica da atividade pecuária pode ser observada em três pontos, conforme Andrade (2003, p.36),

[...] primeiro, a geração de emprego, que envolve tanto a mão-de-obra familiar da pequena produção, quanto a mão-de-obra empregada pelo produtor-empresário; segundo, a garantia de renda proporcionada pela boa liquidez dos produtos pecuários; e, finalmente, a oferta suficiente para o mercado interno, que proporciona uma economia de importação, evitando a compra de produtos de origem bovina a partir de outros estados

²⁹ A palavra pecuária tem a mesma raiz de “pecúnia” (moeda, dinheiro) Isto indica que na antiga Roma, os animais criados para abate também eram usados como reserva de valor econômico (WIKIPÉDIA, 2005) *Pecus* também quer dizer “cabeça de gado”.

Ressalta-se também que uma das características da pecuária cearense é a heterogeneidade dos seus rebanhos, que abrangem caprinos, eqüinos, assininos, bovinos e suínos.

Nos três assentamentos estudados foi detectado que os assentados exploram a pecuária bovina, caprina e assinina tendo destaque a caprinocultura. Os animais foram adquiridos através do sistema de crédito do Banco do Brasil, do Projeto São José e Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA). Devido a falta de assistência técnica os produtores perderam vários animais acarretando desestímulo. O prejuízo foi consequência da negociação estabelecida entre as instituições financeiras e os assentados. Isto foi revelado através de depoimentos dos entrevistados durante a pesquisa de campo.

As negociações entre as associações dos assentados e os agentes financeiros deram-se por meio de intermediários interessados em comercializar animais de raça não adaptados ao clima local. Isto está confirmado nos depoimentos abaixo:

O gado não era climatizado aqui no Tiracanga, morreu foi muito. Gastemos 16 mil reais naquele estábulo e naquele tempo 16 mil reais era dinheiro, nós comprando resíduo e as vacas se acabando em nada.(Evilásio, Morador de Tiracanga, setembro de 2005).

[...] a criação a gente comprou aos corretores e ainda fomo obrigado a comprar na feira do Canindé, né? Porque tudo quanto vem pro pobre vem sofrido. Porque foi obrigado a gente a compra na feira pelo valor que os corretor quisessem vender, né? E compramo por mais do valor. A criação muito judiada, muito sofrida, morreu muita criação, aliás, delas perdia parte dos cabritos que tinha de nascer. E o prejuízo foi muito grande, muito grande. E por isso mesmo nós tava atrás de receber um recurso só pra gente comprar animais prá criar. Comprar a quem a gente queria, né? Comprar aqui aos vizinhos mesmo, aliás, até os outros assentamentos que têm criação pra vender.(Sr. Evenilson, morador de Jacurutú, setembro de 2005)

[...] os boi e as vacas era bem bonito, vistoso, mas depois começou a definhar, definhar e morreram aí. Enrolaram a gente, isso foi claro. Os bixo morreram logo[...] (Nonato, morador do assentamento Vitória, setembro de 2005)

Os relatos expressam as consequências da falta de uma assistência técnica. Dentre os assentamentos pesquisados o único que é acompanhado por um técnico é Tiracanga Logradouro porque as associações pagam pelo serviço.

3.3 – Crédito e Renda

Os programas de créditos para assentados não têm suprido as demandas e carências das famílias camponesas no Território dos Sertões de Canindé. As reclamações sobre essas

concessões são semelhantes nos três assentamentos estudados. Ou seja, o volume de recursos é insuficiente para manter a produção dos assentamentos, posto que se apresenta fragilizada pela falta de infra-estrutura produtiva, pela inexistência de ajuda técnica e ainda pelos conflitos organizacionais.

Ressaltamos as palavras do Senhor Evangelista da Fazenda, quando afirmou [...]quando chegava esse crédito aqui, no fim não dava nem pra comprar um bacurim .(Sr. Evangelista, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itatira, realizada em setembro de 2005).

Dos créditos fornecidos aos assentamentos em questão, o principal é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), (Ver Box 1), que apóia o desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O Programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações. Quando os convênios são celebrados com estados ou municípios, a divulgação é feita na Assembléia Legislativa do Estado ou na Câmara Municipal e também pelo Programa de rádio “A Voz do Brasil”.

BOX 1

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Entendendo-se por serviços, atividades ou renda não-agropecuários aqueles relacionados ao turismo rural, à produção artesanal, ao agronegócio familiar e à prestação de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

Entre os seus beneficiários, estão: os produtores rurais que se enquadrem nos grupos a seguir especificados, comprovados mediante declaração de aptidão ao Programa:

Grupo "A" - agricultores familiares.

Grupo "B" - agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas.

Grupo "C" - agricultores familiares e trabalhadores rurais que:

Grupo "D" - agricultores familiares e trabalhadores rurais que:

I - Grupos "B", "C" e "D" - pescadores artesanais.

II - Grupos "C" e "D" - agricultores, familiares que sejam egressos do Grupo "A" do Pronaf ou do Procefa e detenham renda dentro dos limites estabelecidos para aqueles grupos.

Os créditos podem destinar-se a:

- custeio: financiamento de atividades agropecuárias e não-agropecuárias de beneficiários enquadrados nos Grupos "C" e "D", de acordo com a proposta de financiamento ou o projeto específico;

- investimento: financiamento da implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.

Obs.: Os créditos para investimento integrado coletivo, com ou sem capital de giro associado, destinam-se às associações, às cooperativas ou às outras pessoas jurídicas compostas exclusivamente por beneficiários enquadrados nos Grupos "C" e "D" e direcionam-se ao (à):

- financiamento da implantação, da ampliação e da modernização de infra-estrutura de produção e de serviços agropecuários e não-agropecuários;

- operacionalização dessas atividades no curto prazo, de acordo com projeto específico em que esteja demonstrada a viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento.

Fonte : Banco Central do Brasil. **PRONAF**. Disponível em < http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp?idpai=faqcidao1>. Acesso em : 05/15/2006.

Entre os PRONAFs mais recebidos por esse público estão os créditos de instalação, dotação de infra-estrutura básica, e créditos de apoio a estruturação da produção PRONAF-A e do Programa de Crédito Especial para as áreas de Reforma Agrária (PROCERA) que possui duas fontes: uma originária do orçamento do INCRA e outra oriunda de 10% (dez por cento) dos recursos apropriados dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os gestores desses recursos são o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste. O crédito é pago em parcelas semestrais ou anuais, conforme o cronograma constante no projeto de financiamento.

Dois dos três assentamentos não estão sendo beneficiado com esse tipo de linha de crédito e estão com dívidas junto ao Banco do Brasil (Jacurutu - deve R\$ 6.500,00 - e Tiracanga - deve R\$ 6.000,00). Logo, não podem solicitar esse apoio.

[...]já ta com 2 anos que ninguém recebeu mais os projetos, parou mas quando a gente vinha recebendo esses projetos, a vida tava bem melhor, tanto pra gente como até de lucro pro comércio mas agora no presente momento que a gente não ta recebendo nada, a vida de custo do morador, a vida de custo aqui da nossa comunidade tá muito pesada.(Sr. Miguel, presidente da Associação Tiracanga Logradouro II, entrevista realizada em setembro de 2005).

Sobre essas questões os moradores do assentamento Vitória, afirmaram em reunião que não encontram problemas com relação a aquisição de créditos. Todos os assentamentos investigados receberam o Crédito de implementação no período de suas referentes desapropriações.

Este crédito permite aos assentados, logo no primeiro ano, iniciarem as atividades de produção assegurando-lhes as condições mínimas necessárias para sua permanência na terra. Pode ser também um instrumento educativo, este crédito tem sua aplicação baseada no planejamento ascendente, de forma coletiva, permitindo a efetiva participação dos assentados no desenvolvimento de seus projetos.(INCRA³⁰, 2006).

O PRONAF, enquanto, instrumento de distribuição de recursos para a infra-estrutura e agricultura nos assentamentos tem contribuído significativamente para melhoria dos assentamentos no que se refere à renda familiar e a sua organização político-administrativa. Isto tem ocorrido em virtude da articulação e interação que o programa proporciona ao território. Através das suas tessituras endógenas e exógenas a dinâmica nas relações têm-se efetivado de forma mais rápida do que em momentos anteriores. Dessa forma o PRONAF, nas

³⁰INCRA. **O INCRA e o Assentamento**. Disponível em <[http://www.incra.gov.br/ htm/serveinf/ htm/pubs/assent/assent.htm](http://www.incra.gov.br/htm/serveinf/htm/pubs/assent/assent.htm)>. Acesso: 04/05/2006

suas diversas modalidades, tem, de fato, fortalecido, as relações entre os produtores rurais, tanto no interior dos assentamentos quanto fora dos mesmos.

Cabe, contudo, salientar que os recursos não são liberados na “velocidade” necessária às atividades a que são destinadas, criando barreiras a serem rompidas através de lutas dos movimentos sociais e instituições governamentais e não-governamentais. Essas lutas ora agilizam as relações no interior dos territórios, ora transformam-se em obstáculos ao próprio desenvolvimento do território, por serem radicalizadas e burocratizadas nas instituições.

O Ceará situa-se entre os estados com maior desnível social, com grande concentração de riqueza, demonstrando que o crescimento econômico não diminuiu a exclusão social. A pobreza não é uma característica apenas do rural. No Brasil e na América Latina a pobreza se estende principalmente nas grandes cidades, onde a força de trabalho dispensada, e aquela que está chegando ao mercado, não conseguem ser absorvidas.

Ao que tange o Território dos Sertões de Canindé, percebemos durante a análise das entrevistas, que as famílias dos assentamentos estudados possuem como principal fonte de renda a aposentadoria, em sua maioria proveniente do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL e de programas assistencialistas como o Bolsa Família e o Bolsa Escola. A produção é voltada unicamente à subsistência. Nos raros momentos em que se produz algum excedente (períodos chuvosos), os moradores conseguem vender essa produção a um preço ínfimo, quando não são enganados por atravessadores. Na Fazenda Vitória, moradores trabalham nas roças dos aposentados³¹, plantando ou colhendo, recebendo cerca de R\$ 10,00 como diária de trabalho conforme relato do Sr. Evangelista.

3.4 – Equipamentos e Serviços

Nesse contexto, cabe realizar uma análise dos **Equipamentos** utilizados nessas áreas rurais. Em cada uma dessas comunidades pode-se destacar a presença de equipamentos diferentes, adquiridos, em sua maioria, por meio de Projetos como São José, Dom Helder Câmara ou créditos concedidos pelo INCRA ou IDACE.

No caso da comunidade da Fazenda Jacurutú, através do Projeto São José conseguiram um trator, mas os camponeses lamentam o fato de não poderem sempre que possível utilizá-lo, por causa dos gastos com combustível. Por causa da pouca utilização, os moradores permitem que o trator passe mais tempo fora da propriedade, servindo à Prefeitura em outras localidades.

³¹ Os aposentados são os que ganham mais nesse assentamento.

Nós temo um trator aqui dentro que foi comprado pelo projeto, né? Mas esse trator a gente, primeiro de que tudo, ele só trabalha a dinheiro não trabalha fiado, né? E dinheiro a gente não tem. E eu dou até razão, ele trabalhar a dinheiro, né porque se trabalhar fiado também não recebe, porque não tem quem não tenha condições. Não é porque o povo seja velhaco e não queira pagar. Porque não tem condições de pagar. É tanto que eu por mim, eu sendo um cadastrado, lhe digo, foi uma coisa que nós não tivemos vantagem aqui dentro foi a compra desse trator, porque ninguém viu vantagem dele ainda.(Sr. Evenilson, morador do assentamento Jacurutú, entrevista realizada em setembro de 2005)

O assentado destacou ainda que cada uma das associações,

[...] recebeu um equipamento, um motor, uma máquina acoplada, né? Era justamente pra colocar a forragem pra aquelas criações, mas foi o contrário. Nós devia ter comprado mais animais e ter comprado menos máquinas. Pra cortar a forragem. Vamo supor, um assentamento desse tamanho dividido em oito grupos de família, bastava ter três acoplamento pra gente cortar. Olha, aqui tem máquinas aí que não foi nem utilizada porque a gente não tem o que dar (Sr. Evenilson, morador do assentamento Jacurutú, entrevista realizada em setembro de 2005).

O contrário ocorre no assentamento Vitória. Os dois tratores existentes na comunidade desde 1989 foram obtidos, um através de financiamento e outro pelo PRONAF A. São usados constantemente pelos moradores, que priorizam as atividades coletivas, como a construção do sistema de abastecimento de água(obra da Prefeitura de Itatira) e a retirada de água dos açudes. A retirada da água também é realizada pelo carro pipa da comunidade, esse vende a R\$15, 00 (quinze reais) cada contêiner. Outro equipamento essencial é o motor que se encontra às margens do açude principal da Fazenda e ajuda a colocar água nos carros-pipa..

No assentamento Tiracanga, os moradores se ressentem por possuírem apenas, um motor conseguido pelo PRONAF infra-estrutura, mas o problema, principal, segundo o Presidente da Associação, é a

[...] situação da água nas casas, não ta boa não.A primeira coisa é que nós têm dois poço profundos, mas todos dois a água é salgada e nós não tem o aparelho pra tirar o sal[...]" (Chicão, Presidente da Associação Tiracanga/ Logradouro I, entrevista realizada em setembro de 2005)

Ao que tange os equipamentos de tração animal e carroças, esse apresentaram uma distribuição relativamente proporcional entre os assentamentos. Cada família possuía os elementos necessários para o seu plantio de subsistência. Percebemos pelos depoimentos, que implementos, debulhadeiras e equipamentos para beneficiamento apresentaram uma utilização comum, mesmo a produção sendo individual.

Sobre o setor Serviços, ou Setor Terciário, podemos indicar que no âmbito da economia, sua expansão representa uma das maiores mudanças verificadas no século XX. Costuma ser, normalmente, o setor que mais emprega em diversos países, fazendo parte desse ramo o comércio, o turismo, os serviços financeiros, jurídicos, de informática, comunicação, engenharia, auditoria, consultoria, propaganda e publicidade, seguro, corretagem, transporte e

armazenagem, além das atividades públicas e privadas de defesa, segurança, saúde e educação, entre outros.

Dos elementos que compõem esse ramo, os únicos que se fazem presente na realidade dos assentamentos estudados são o transporte e o comércio, evidentemente que em uma escala inexpressiva no contexto do Território de Canindé, pois os moradores dessas áreas não possuem poder aquisitivo para montar um negócio, ou mesmo não são em número suficiente para exigir rotas de ônibus diárias ou “carros de hora”³² para atendê-los adequadamente..

No caso do comércio há dois pontos comerciais nos três assentamentos, um no assentamento Vitória e o outro em Jacurutú (atual 25 de Dezembro). Ainda não apresentam diversidade de produtos, limitando-se a venda de açúcar, farinha, arroz, biscoitos e refrigerantes.

Quanto a comercialização dos produtos agrícolas, como já citado, é realizada somente quando há excedente. Diferente do que ocorria no assentamento Vitória na década de 80 e final de 90, em que a comercialização era feita via atravessador.

Os produtos que sobravam eram guardados ou revendido para o que chamam de atravessador. Aqui tinha o Tobias que todos *os ano* comprava, mas era chamado atravessador mesmo (Sr. Evangelista, Assentamento Vitória, setembro de 2006).

A comercialização feita em uma feira acontecia apenas no assentamento Vitória, até o final da década de 90. Atualmente, os moradores dos três núcleos populacionais vêm dificuldade em se deslocar para vender o pouco que sobra na cidade. “[...] Não compensa sair daqui e ir lá pra feira. A gente num tira nem o que plantou” (Raimundo Bernardino da Silva, Assentamento Jacurutú, setembro de 2006). Esse é um problema verificado em muitos assentamentos, com relação à comercialização da produção.

[...] as distâncias dos assentamentos em relação aos centros urbanos, a dificuldade das estradas e/ou a carência de transporte coletivo, a precariedade do atendimento à saúde têm efeitos graves sobre a vida dos assentados e mesmo sobre a comercialização da produção. No entanto, isso não significa que não haja alterações: a precariedade de infra-estrutura, aliada às

³² Os carros de hora são veículos como S10, D20, F1000 utilizados como meio de transporte para as pessoas que vivem mais afastadas da cidade.

dificuldades de estabelecimento na terra e àquelas mais gerais de reprodução da agricultura familiar, faz com que a criação dos assentamentos e as expectativas que os cercam dêem origem a uma série de demandas e reivindicações, cuja potencialização relaciona-se com a capacidade organizativa dos assentados e com a conjuntura política local em que se inserem. (HEREDIA, MEDEIROS e al. 2005, p. 1).

Atrelada a essa problemática (deslocamento) está o fato desses assentamentos rurais também não estarem sendo atendidos com relação a transportes públicos. Em Tiracanga uma linha de ônibus atende a população três vezes na semana; no Assentamento Vitória diariamente, mas em apenas dois horários (05:00 horas e 17:00 horas). Em Jacurutú o transporte é feito por meio de carros de hora, motos e bicicletas.

O sistema de transporte traz a potencialidade de ampliar a economia local, imprimindo crescimento e desenvolvimento, entretanto, a falta de transportes nessas áreas rurais imprimiu uma marca de desequilíbrio, desigualdade e exclusão social.

Capítulo 4

Organização e Participação nos Assentamentos

4.1 – Participação de Jovens e Mulheres nos assentamentos do estudo

Verificamos nos assentamentos pesquisados a falta de organização interna com relação aos assentamentos de outros territórios, como o de Itapipoca e Quixadá, a qual tem contribuído para a não fixação dos jovens nessas áreas. Os grupos de jovens expressam interesse em transformar essa situação, denominada por eles de “abandono”. As atividades promovidas pelos grupos não ultrapassam um ano de formação. Acreditam que isso ocorra porque não tem apoio de ONG’s e outras entidades mais capacitadas para orientarem suas ações. Por outro lado também sentem a falta de autonomia, quando as decisões são tomadas pelos seus pais.

Os jovens rurais normalmente vivenciam a falta de autonomia na sua relação de trabalho familiar, quando o poder na tomada de decisões, a venda na produção, e mesmo os ganhos são centralizados pelo pai. A experiência de trabalho e vida dos jovens, as condições insatisfatórias para o plantio e a colheita, (...), como também o desencanto e a falta de perspectiva fazem com que significativa parte deles migre, buscando novas realidades (Matos, Alencar, 2003, p. 19).

A falta de incentivo à organização dos jovens nos assentamentos rurais contribui também para que se sintam desestimulados a continuarem com o trabalho de mobilização dentro dos

assentamentos. Isso repercute negativamente no conjunto de relações que estabelecem com o assentamento, na busca de um consenso. Martins (1994, p.34) nos lembra que

Para organizar o assentamento, deve-se explicar, reunir, mobilizar os companheiros, mas é, sobretudo, a necessidade que leva a organização. É o atendimento de suas necessidades familiares e coletivas que buscam através da cooperação e da solidariedade. Apesar de muitas dificuldades e das diversas opiniões, vai se formando um consenso.

Na medida em que são negadas condições para atuarem ativamente na comunidade, desempenhando funções para a melhoria da qualidade de vida dos assentamentos, acabam também se recusando a participar de outras formas de organização.

É formado por uma diretoria de quatro pessoas: Agnaldo Mariano; Marcos Sales e Eufrásio e eu. A gente tá se reunindo lá para tratar dos assuntos, dos interesses aqui do assentamento e aí, no momento não tá tendo resultado por causa que tem poucos jovens que tá freqüentando, aí tem essa dificuldade lá.(Damião, membro do grupo de jovens do assentamento Jacurutu).

Não, tem alguns que se interessam, outros pensam que a gente é besta, pensa que a vida não tem sentido. Quando ele vê eu lá participando eu vou na sala deles convido eles pra participar do grupo de jovens e eles falam: “eu vou lá perder meu tempo com essas bobagens.” Acho que é os pais deles que botam na cabeça deles. “Não filho, não vá não, vai só perder seu tempo. Vombora pro roçado.(Francisco Damião Rodrigues, membro do grupo de jovens do assentamento Jacurutu)

Mesmo assim, há os que valorizam grupo de jovens, apontando que essa organização pode ser algo que mobilize os jovens a continuarem morando no assentamento.

Acho que o jovem participando do grupo de jovens aqui finca mais o pé na sua origem. Às vezes termina o 3º, aí seu pai e sua mãe, pronto meu filho você terminou. Bora fazer um curso noutra canto pra mode você ter um futuro melhor. Eu acho que se você mora numa comunidade, se tem um grupo de jovens acho que o que você tem que fazer é trabalhar pra ajudar seus colegas, sua própria comunidade. (Francisco Silva, membro do grupo de Jovens Unidos para Vencer do assentamento Tiracanga Logradouro I).

As mulheres, assim como os jovens, também sentem que lhes falta apoio em seus projetos. Observamos que o número de mulheres que participam da associação comunitária é reduzido. No depoimento a seguir, a jovem Ana Clécia, que participa do grupo de jovens e de mulheres, explica como atualmente estão atuando os dois grupos, destacando as principais questões enfrentadas pelos mesmos, além de ressaltar que estão se mobilizando para se fortalecerem.

Nesse momento mesmo o grupo só tá se reunindo. A única coisa que a gente organiza aqui é o encontro de jovens em termos de pastoral pela paróquia. A gente participa de missões, de eventos da comunidade, organiza aniversário de assentamento, dia dos pais essas coisas. A gente ainda não se engajou em nenhum projeto, até mesmo por esse problema que tem o grupo das mulheres, que eu também participo dele. Falta além da parte financeira, ter assim um apoio de uma pessoa mais de fora até mesmo pra capacitar a gente num projeto, pra que a gente possa se engajar mesmo (Ana Clécia, Coordenadora do Grupo de jovens do assentamento Tiracanga Logradouro)

As famílias acreditam que se existissem mais projetos sendo desenvolvidos no assentamento haveria qualidade de vida. Por isso reivindicam maior assistência aos grupos de jovens e mulheres porque acreditam no poder que estas formas de organização representam para o assentamento, principalmente para os jovens que precisam estar cada vez mais integrados á vida do assentamento, sentirem-se responsáveis pelo funcionamento das atividades desenvolvidas no mesmo.

De acordo com os próprios pais destes jovens isso evitaria que seus filhos abandonassem o assentamento e migrassem para as cidades grandes em busca de melhores condições de vida. As famílias temem um fim trágico para os mesmos, devido aos perigos que representam essas grandes cidades em função do número maior de assaltos, maior facilidade de envolvimento com as drogas. Por isso as famílias ficam muito receosas quanto ao futuro dos filhos, uma vez que não possuem um nível de escolaridade suficiente que lhes possibilite disputar uma boa vaga no mercado de trabalho.

O povo do sertão vão se deslocando atrás de vida melhor na cidade, né? São Paulo, Fortaleza atrás de arranjar emprego. Açam que aqui no sertão não tem uma vida financeira, mas acho que isso também depende de organização, luta e a pessoa acreditar e não desistir. Porque hoje existe muito projeto e os jovens sendo organizado, ele também tem direito e a pessoa deve lutar e ir em busca de seus direitos, e não ficar só ali passando o tempo. Não arranja nada e ás vezes se desloca pra outra cidade longe e ás vezes é pior do que aqui, até morre enquanto que se a gente nasceu aqui no sertão e sabe que no sertão é rico também a gente deve lutar por uma vida financeira aqui dentro mesmo, com organização (Cristiano, coordenador do grupo de Jovens Unidos para Vencer do assentamento Tiracanga Logradouro I)

Daí o motivo da apreensão das famílias, pois na ausência de uma colocação no mercado formal de trabalho, e sem perspectivas de se ver incluso no mesmo, podem se influenciar por outros jovens que se encontrem na mesma situação, e acabarem procurando meios ilícitos pra garantir sua sobrevivência.

Eu mesmo tenho um sobrinho que tá em São Paulo faz oito anos. Até o ano passado eu ainda tinha contato com ele e aí perdi o contato. Os números que eu ligo não dão mais certo. A minha mãe tem noites que ela não dorme,

porque a gente não sabe como é que tá as coisa por lá. Às vezes não tá nem muito bem, quer vir pra casa, mas não pode. E aí saiu com o pensamento de melhorar de vida, Deus ajude que teja, mas a gente tá pensando também que pode não tá. Se tivesse aqui do lado da gente, trabalhando aqui, essa preocupação pro pai e pra mãe jamais tava acontecendo. (Antonieta, membro da associação Tiracanga Logradouro II).

Acreditamos que a organização dos jovens deveria ser amplamente estimulada. Os jovens estando organizados e comprometidos com a luta diária do assentamento, além de não migrarem, fortalecerão a associação nas conquistas de melhorias, o que, certamente, trará maior sustentabilidade aos assentamentos.

A seriedade e compromisso assumidos por esses jovens dependerá da qualidade da formação política que receberem..Neste sentido é importante destacar o depoimento de Sr Chicão, em que indica como iniciou sua militância a favor da organização social e destaca que existem muitas dificuldades para quem deseja enfrentar a luta, porém não devem ser consideradas como empecilho à sua continuidade.

Isso aí é porque o trabalho de comunidade é um negócio difícil, eu to com 20 anos que trabalho, **comecei a trabalhar com reunião de jovem** já hoje nas do velho, né, quer dizer isso é a coisa mais difícil que é você botar consciência na cabeça de alguém, né? Porque na minha comunidade, tem cheio de alto e baixo. Tem momento que tá uma jóia, uma beleza, tem momento que cai. Nós nesse momento tamo naquela caidinha, mas nós já tamo também se organizando pra subir. Porque nós caimo. Tá faltando alguma coisa [...] (Chicão, presidente da associação Tiracanga Logradouro II. Grifo nosso).

4.2. Associações, Assessoria e Assistência Técnica.

Vale ressaltar que as associações comunitárias rurais são formadas especialmente, por pequenos produtores que se associam tendo como objetivo principal conseguir recursos dos projetos oficiais, através do financiamento de infra-estrutura, implementos agrícolas ou aquisição de animais de pequeno porte (bovinos, caprinos) sempre na perspectiva de melhorar o poder aquisitivo das famílias beneficiadas (Silva, 1998).

O presidente da associação Tiracanga Logradouro II revelou consciência política em seu discurso. Isso pode ser explicado em função de sua formação política. Considera-se militante da esquerda e simpatizante da estratégia de organização política do MST, uma vez que sua associação segue orientações do movimento. Ressalta que acredita na existência de créditos financiados pelo governo federal para ajudar a classe trabalhadora rural, mas também acredita na existência de pessoas ligadas ao próprio governo que utilizam mecanismos que não facilitam o repasse desses créditos, e com o acúmulo de tantas dificuldades e sem uma

orientação adequada muitos trabalhadores rurais não conseguem obter os créditos. São barreiras geradas na própria estrutura do governo. (Chicão, presidente da Associação Tiracanga Logradouro II.).

O entrevistado afirma ainda que há falta de comunicação mais eficiente por parte dos órgãos do governo, que, de acordo com os assentados, deveria se preocupar em oferecer uma orientação maior quanto as condições necessárias para se ter acesso aos créditos.

[...] no presente momento não tem porque a gente já causou por onde adquirir um projeto pra artesanato parece que é arrumação das **peças que são mais por dentro que entende mais das leis que não passa bem pra gente**, pra gente poder saber e ir até no local que tá o projeto. O que tá faltando é isso é a gente se informar de algumas pessoas que tem interesse de informar onde é que tá os projetos não. A gente pega só a cartilha e não diz onde é que tá o projeto, tem dizendo que tem. (Miguel, presidente da associação Tiracanga Logradouro I).

Em cada um dos três assentamentos pesquisados existem duas associações representando o interesse da comunidade. A assessoria é desenvolvida por sindicatos, órgãos do governo como Incra, Fetraece, movimentos sociais como MST, organizações não governamentais como Cetra, ESPLAR e CPT além de outras instituições, que desempenham papel fundamental ao tentarem proporcionar melhorias na qualidade de vida. Contribuem, assim com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial-SDT, que busca conceber e implementar políticas públicas que enfatizem “o desenvolvimento rural sustentável” como elemento propulsor de mudanças sociais importantes.

A pesquisa realizada nos três assentamentos apontou a necessidade indispensável de transformações na forma de planejamento das políticas públicas que possam realmente beneficiar de maneira justa e equitativa o meio rural. Essa preocupação está presente na fala desta assentada:

Até agora nós não tivemos ajuda de jeito nenhum, mais aí a esperança é de nós alcançar aqui mesmo no assentamento. É que nem a Socorro falou. Não vem mais nada pra nós, vamos tudo pra cidade aí o que vai acontecer nós pode ficar tudo debaixo de uma barraca de papelão, porque nós não vamos sair com dinheiro no bolso pra comprar uma casa, com garantia de emprego pra eu meu marido meus filhos, então o que vai acontecer com nós é rua, favela. (Antonieta, membro da associação Tiracanga Logradouro II).

Nessa perspectiva concordamos com o documento produzido pela SDT/ MDA (2004) quando destaca que a sustentabilidade e a governabilidade somente atingirá níveis expressivos se os projetos compensatórios e assistenciais evoluírem para projetos de desenvolvimento

regional. Quanto perguntado sobre o que sabia acerca de território, seu Miguel o presidente da associação Tiracanga Logradouro I, respondeu: “Não aqui essa região, essas comunidade em termo político é tão individual, mas em termo de ajudar um assentamento pra outra coisa, graças a Deus tem essa união” O SDT (2004, s/p) complementa que: “é indispensável que haja uma forte articulação das políticas publicas entre si, nos diversos níveis de governo, com as iniciativas da sociedade, do setor privado dos diversos ramos de atividades”.

Nos três assentamentos pesquisados o descontentamento em relação ao trabalho desenvolvido pela assistência técnica foi amplamente expresso nos depoimentos dos entrevistados. De acordo com as falas, esse trabalho se restringe mais ao “campo técnico”, ou seja, discute-se muito como se desenvolver um projeto, apresentam as maneiras de como implantá-lo na comunidade, entretanto, não indicam qual é mais adequada e viável para ser adotada nos assentamentos, visando atingir os objetivos propostos por cada projeto.

A maioria das reclamações consistem no fato de que os técnicos, muitas vezes não estão presentes no início da implantação do projeto. Compreendemos que a presença destes profissionais nesse período seria imprescindível para garantir a correta aplicação do que foi planejado entre técnicos e assentados. Isso ajudaria a proporcionar maior qualidade ao desenvolvimento do projeto. Além disso, os assentados sentem-se mais seguros com a presença dos técnicos. Sozinhos reconhecem-se despreparados e sem condições para iniciar o projeto.

É só indo e voltando já foi os papel já veio de volta de novo. Porque eu já disse pro Evilásio a mesma coisa que digo pro senhor o técnico não veio, porque o homem disse lá, o Paulo Victor, que o técnico é pra tá trabalhando dentro da comunidade. É pra ele ta ali pra elaborar um projeto bem direitinho junto com os trabalhador, mas não ele sacode a proposta e vá fazer o levantamento. Isso não é coisa. (Socorro, membro do assentamento Tiracanga Logradouro I).

O certo é ele ta com o assentamento quando o assentamento tá precisando dele e a gente ir lá convidar ele pra vim e ele vim pra fazer alguma atividade e eu to achando que a atividade do técnico é mais ele vim diretamente sem a comunidade chamar, não é porque a comunidade chamando é claro que a comunidade quando chama tá com precisão pra resolver algum problema é tanto que eu tive até conversando com ele ontem e disse a ele a comunidade ta cobrando porque você ta trabalhando muito devagar (Miguel, presidente da associação Tiracanga Logradouro I).

Constatamos durante a pesquisa de campo nos assentamentos que a assistência técnica é considerada uma questão muito problemática pelos assentados que reclamam que o número de equipes técnicas para atender suas famílias é muito reduzido. Existem poucos técnicos, para oferecer assistência a um grande número de famílias em uma grande área de extensão territorial. Os assentados comentam que o trabalho desses profissionais não consegue atender suas necessidades porque muitas vezes se limitam a dar palestras.

Nós tem técnico na nossa comunidade, mas assim eu ainda não acho, porque nossa casa aqui é pra fazer um levantamento, mas no meu pensar era pra ele trazer um rapaz aqui pra fazer o levantamento, um pedreiro, uma pessoa que

entenda mas ele manda é nós fazer. No meu pensar, não era pra nós fazer porque nós nem sabe mais ou menos o que precisa. Nós não sabe o que pega de linha, caibro, né? Eu pelo menos não sei o que pega de telha colonial aqui, mas um pedreiro que é acostumado a fazer casa mais ou menos Ele sabe. (Evilásio, membro do assentamento Tiracanga Logradouro I).

Os assentados também reconhecem que esses técnicos atendem vários assentamentos, porém gostariam que suas visitas aos assentamentos fossem um pouco mais regulares, a fim de aumentar a qualidade da assistência com um acompanhamento constante. Atribuem o fracasso de alguns projetos desenvolvidos, à essa fraca assistência técnica, comprometida ainda mais pela pouca facilidade em realizar mediações entre o saber técnico e conhecimento dos agricultores. Lacerda, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA também reconhece falhas nesse atendimento, ao afirmar que:

[...] Se são poucas equipes para um grande número de assentamentos de famílias, obviamente elas não estão ali num processo de acompanhamento sistemático. Então, você começa a desenvolver uma atividade que exige um acompanhamento mais sistemático e aquela se perde porque não tem esse acompanhamento. As visitas são muito espaçadas: seis meses! Você já pensou? Não tem combate, não tem quem possa produzir. Uma outra questão, eles falam muito disso, eles assinalam muito isso: existe uma dificuldade muito grande de um diálogo entre os técnicos e os trabalhadores. (Lacerda, representante do MDA entrevista realizada em setembro de 2005).

4.3 – Políticas Públicas - Projetos e Ações desenvolvidas nos assentamentos

Constatamos que as atividades e projetos desenvolvidos nos assentamentos como, por exemplo, o Projeto da Cisterna de Placa, o Projeto São José, O Luz em casa do governo do estado, que ocorreu no início da criação do assentamento, são promovidos com a ajuda de instituições como: Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador -Cetra, Comissão Pastoral da Terra- CPT, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, ?????? - CIAT, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -Incrá, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará - Fetraece. Participaram ainda de Cursos de manejo de ovinos e caprinos e de apicultura (criação de abelhas), de radialista e jornalismo (MST) e farmácia viva (INCRA). Além disso, realizam uma série de discussões acerca de questões relevantes ao desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos no Fórum de Desenvolvimento Territorial.

No entanto, com a crise atual do governo, surgem inúmeras dificuldades que acabam contribuindo para a descaracterização dos trabalhos nos territórios. Há, segundo Lacerda (MDA), nos territórios “uma disputa política” que promove as barreiras para que não aconteça o desenvolvimento efetivo das atividades desse Ministério. Isso também reflete negativamente na vida das comunidades, que precisam urgentemente dos territórios fortalecidos. Assim, é necessário pensar, de maneira urgente, em estratégias que garantam o desenvolvimento das ações da SDT, a fim de que possa continuar intervindo positivamente para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos.

Diante disso, medidas são tomadas para garantir a conquista desses projetos desde sua elaboração, pois, estes, quando são repassados ao conselho estadual, e encaminhados com uma ata do Conselho Municipal. É o Fórum Territorial que decide onde se implantará determinado projeto, no entanto é responsabilidade do município representado pelo prefeito que fará o encaminhamento do mesmo. Ao discutirmos isso com os assentados descobrimos que desconhecem todo esse processo e isso reflete na ausência da comunidade ou de seus representantes nas atividades promovidas pelo Fórum de Desenvolvimento Territorial, apesar desses sujeitos constituírem-se no alvo das discussões nesse espaço.

[...] eu não sei mais como é que tá essas reuniões, porque nós não recebemos mais convite, mais informado assim os dia, as datas porque eu acho que teve mudança, não sei eu só sei dizer que nós não fomos mais comunicados. Eu não sei nem dizer se tá acontecendo. (Antonieta, membro da associação Tiracanga Logradouro II).

Matos (2003) realizou estudos em assentamentos de Reforma Agrária e verificou que a fragilidade da organização social dos assentados depende também de suas lideranças, com relação ao acesso às mínimas informações sobre as políticas públicas, inclusive a consciência dos compromissos de débitos e outras obrigações com bancos e outras instituições. Mas no depoimento abaixo um assentado aponta também outra dificuldade quanto a sua participação em encontros, palestras, fóruns ou outras reuniões que possuem a mesma finalidade de discutir políticas públicas para o assentamento e sua região desde a fase de formulação até a implantação na área a qual a mesma está sendo destinada. Anuncia que é desestimulado por seus companheiros que não reconhecem o valor do seu trabalho.

Porque até também, as pessoas acham, muitas vezes, a gente sai daqui pra participar de um encontro em Canindé, ou seja, a pessoa acha que você é um besta. Mas existe uma coisa que foi fruto dum relatório, que foi feita a pesquisa pelo CETRA, que nós recebemos resposta, começemo a receber resposta, aonde foi trazido pra cá, não teve a participação de todo mundo, mas sim da diretoria que não teve condições, a gente fez articulação e não deu pra

reunir todo mundo... Essas cisternas, ela, é fruto do relatório que foi enviado as condições da água como é que a gente vivia. As condições da família em dificuldade de água. (Vanderlon (Louro), assentado do Jacurutu, 2006).

Há falhas no processo de articulação do território. Os assentados deveriam estar mais informados das reuniões e encontros promovidos, a fim de garantir o maior número de participantes. Até porque, são eles que sabem realmente das necessidades mais urgentes de seu assentamento. É preciso investir mais na divulgação desses encontros, fóruns de desenvolvimento ou qualquer outro evento em que seja importante a presença dos assentados, a fim de ampliar a participação destes. As falhas no processo de articulação impedem que os principais interessados conheçam em que caminho se encontra o debate em torno da questão acima tratada. Entendemos que essa deficiente articulação dificultará enormemente a compreensão destes acerca de como estão inseridos no Território proposto pela Secretaria de Desenvolvimento e Territorial – SDT.. Essa distância influencia na formulação de políticas públicas descontextualizadas da realidade das comunidades rurais.

“Muito mais do que ter um maior acesso aos bens da sociedade, a participação tem como objetivo final a ‘autogestão’, ou seja, uma relativa autonomia dos grupos populares organizados em relação aos poderes do Estado e das classes dominantes (Amâncio,1991, p,9). No entanto, muitos assentados ainda desconhecem o valor da participação, como fica claro na afirmação deste assentado “Nós só consegue as coisa quando nós tamo tudo junto.”(quem é? assentamento Jacurutu)

Na busca pela cidadania, constróem, aprendem e se conscientizam, assume e percebem que a conscientização não acaba é permanente e esta ligada à construção do saber, que também é permanente, e que só se consegue a cidadania com a consciência crítica do que ela representa (Feitosa, 2002, p.165).

Gorgen Ofm (2004) ressaltando a importância da organização destaca que: “Uma das grandes fraquezas dos pequenos agricultores é a ausência ou a sua pequena organização. O desafio para implantar projetos é organizar-se, superar o individualismo e o isolamento. O mesmo autor salienta ainda, como imprescindíveis o desenvolvimento de três formas de organização básica a ser adotadas pelos pequenos agricultores:

- Organização Política: massificação e fortalecimento dos Movimentos, para lutar por políticas publicas e alterar a correlação de poder no campo.
- Organização Econômica: número cada vez maior de formas de cooperação, associações, cooperativas populares, empresas comunitárias, condomínios de produtores, etc., construir

as bases de um novo tipo de economia, controlando e juntando a nossa produção, industrializando-a e vendendo direto aos consumidores, enfrentando as grandes multinacionais e os atravessadores também no campo econômico.

- Organização Comunitária: melhorias na qualidade de vida para as comunidades camponesas, como água potável, escola, energia elétrica em todas as moradias, estruturas comunitárias de comunicação (correio, telefone, Internet, rádios comunitários, antenas de satélite), estruturas comunitárias de esporte e lazer, condições básicas de acesso à saúde, moradias dignas com saneamento comunitário.

Gorgen Ofm(2003) enfatiza que: Não basta acesso ao crédito. Não bastam políticas públicas. Não basta sequer o acesso à terra. É preciso também mudar o modo de pensar. É preciso formação, aprender de novo. É preciso antes de mais nada, mudar a forma de produzir. Para isto tem de voltar a ser plenamente agricultor, pesquisador da natureza, cientista da roça e não mais ser consumidor de receitas químicas e pacotes tecnológicos. Tem de pesquisar com os antigos as sabedorias que quase se perderam e aprender coisas novas com o comportamento do solo, das plantas, das matas, do vento, das águas e com quem já tem mais experiência acumulada. Compartilhando do mesmo pensamento Fernandes (1999) enfatiza que:

Assim, para entendermos esse movimento que a luta em movimento constrói e transforma o seu próprio espaço por meio de seu multidimensionamento, ou seja, os espaços comunicativo, interativo e de luta e resistência, é fundamental considerar os fatores ou determinantes objetivos e subjetivos. Nesse dimensionamento do espaço social, os trabalhadores em luta praticam o exercício da cidadania, elaborado por meio da construção do conhecimento e de sua própria identidade (Fernandes, 1999. p.226/227)

As famílias assentadas precisam ter mais apoio para que se apropriem de uma melhor convivência no assentamento e assim possam dedicar mais tempo inclusive às atividades de lazer que já são mínimas nos assentamentos visitados, que se restringem ao futebol quadrilha, ou uma missa.

Aqui, o jovem aqui dentro, o que eu vejo nele é só o estudo durante o dia, né? De tardezinha bater uma bolazinha. Às vezes, uma vez, duas vezes no ano tem uma missa, uma coisa aqui dentro do assentamento. (Sr. Evenilson, assentado do assentamento Jacurutu)

Assim, compreendemos que a organização se efetiva com um processo permanente, daí a importância dos assentados estarem sempre atentos a tudo que acontece dentro e fora do assentamento. Na maioria das vezes os problemas que surgem no assentamento decorrem de

decisões que são tomadas fora e as conseqüências destas decisões serão reflexos no nível de organização interna dos assentados.

Capítulo 5 **Organização e Participação nos Assentamentos**

5.1 – Participação de Jovens e Mulheres nos assentamentos do estudo

Verificamos nos assentamentos pesquisados a falta de organização interna a qual tem contribuído para a não fixação dos jovens nessas áreas. Os grupos de jovens expressam interesse em transformar essa situação, denominada por eles de “abandono”. As atividades promovidas pelos grupos não ultrapassam um ano de formação. Acreditam que isso ocorra porque não tem apoio de ONG’s e outras entidades mais capacitadas para orientarem suas ações. Por outro lado também sentem a falta de autonomia, quando as decisões são tomadas pelos seus pais.

Os jovens rurais normalmente vivenciam a falta de autonomia na sua relação de trabalho familiar, quando o poder na tomada de decisões, a venda na produção, e mesmo os ganhos são centralizados pelo pai. A experiência de trabalho e vida dos jovens, as condições insatisfatórias para o plantio e a colheita, (...), como também o desencanto e a falta de perspectiva fazem com que significativa parte deles migre, buscando novas realidades (Matos, Alencar, 2003, p. 19).

A falta de incentivo à organização dos jovens nos assentamentos rurais contribui também para que se sintam desestimulados a continuarem com o trabalho de mobilização dentro dos assentamentos. Isso repercute negativamente no conjunto de relações que estabelecem com o assentamento, na busca de um consenso. Martins (1994, p.34) nos lembra que

Para organizar o assentamento, deve-se explicar, reunir, mobilizar os companheiros, mas é, sobretudo, a necessidade que leva a organização. É o atendimento de suas necessidades familiares e coletivas que buscam através da cooperação e da solidariedade. Apesar de muitas dificuldades e das diversas opiniões, vai se formando um consenso.

Na medida em que são negadas condições para atuarem ativamente na comunidade, desempenhando funções para a melhoria da qualidade de vida dos assentamentos, acabam também se recusando a participar de outras formas de organização.

É formado por uma diretoria de quatro pessoas: Agnaldo Mariano; Marcos Sales e Eufrásio e eu. A gente tá se reunindo lá para tratar dos assuntos, dos interesses aqui do assentamento e aí, no momento não tá tendo resultado por causa que tem poucos jovens que tá freqüentando, aí tem essa dificuldade lá. (Damião, membro do grupo de jovens do assentamento Jacurutu). Não, tem alguns que se interessam, outros pensam que a gente é besta, pensa que a vida não tem sentido. Quando ele vê eu lá participando eu vou na sala deles convido eles pra participar do grupo de jovens e eles falam: “eu vou lá perder meu tempo com essas bobagens.” Acho que é os pais deles que botam na cabeça deles. “Não filho, não vá não, vai só perder seu tempo. Vombora pro roçado. (Francisco Damião Rodrigues, membro do grupo de jovens do

Mesmo assim, há os que valorizam grupo de jovens, apontando que essa organização pode ser algo que mobilize os jovens a continuarem morando no assentamento.

Acho que o jovem participando do grupo de jovens aqui finca mais o pé na sua origem. Às vezes termina o 3º, aí seu pai e sua mãe, pronto meu filho você terminou. Bora fazer um curso noutra canto pra mode você ter um futuro melhor. Eu acho que se você mora numa comunidade, se tem um grupo de jovens acho que o que você tem que fazer é trabalhar pra ajudar seus colegas, sua própria comunidade. (Jovem membro do grupo de Jovens Unidos para Vencer do assentamento Tiracanga Logradouro I)

As mulheres, assim como os jovens, também sentem que lhes falta apoio em seus projetos. Observamos que o número de mulheres que participam da associação comunitária é reduzido. No depoimento a seguir, a jovem Ana Clécia, que participa do grupo de jovens e de mulheres, explica como atualmente estão atuando os dois grupos, destacando as principais questões enfrentadas pelos mesmos, além de ressaltar que estão se mobilizando para se fortalecerem.

Nesse momento mesmo o grupo só tá se reunindo. A única coisa que a gente organiza aqui é o encontro de jovens em termos de pastoral pela paróquia. A gente participa de missões, de eventos da comunidade, organiza aniversário de assentamento, dia dos pais essas coisas. A gente ainda não se engajou em nenhum projeto, até mesmo por esse problema que tem o grupo das mulheres, que eu também participo dele. Falta além da parte financeira, ter assim um apoio de uma pessoa mais de fora até mesmo pra capacitar a gente num projeto, pra que a gente possa se engajar mesmo (Ana Clécia, Coordenadora do Grupo de jovens do assentamento Tiracanga Logradouro)

As famílias acreditam que se existissem mais projetos sendo desenvolvidos no assentamento haveria qualidade de vida. Por isso reivindicam maior assistência aos grupos de jovens e mulheres porque acreditam no poder que estas formas de organização representam para o assentamento, principalmente para os jovens que precisam estar cada vez mais integrados á vida do assentamento, sentirem-se responsáveis pelo funcionamento das atividades desenvolvidas no mesmo.

De acordo com os próprios pais destes jovens isso evitaria que seus filhos abandonassem o assentamento e migrassem para as cidades grandes em busca de melhores condições de vida. As famílias temem um fim trágico para os mesmos, devido aos perigos que representam essas grandes cidades em função do número maior de assaltos, maior facilidade de envolvimento com as drogas. Por isso as famílias ficam muito receosas quanto ao futuro dos filhos, uma vez que não possuem um nível de escolaridade suficiente que lhes possibilite disputar uma boa vaga no mercado de trabalho.

O povo do sertão vão se deslocando atrás de vida melhor na cidade, né? São Paulo, Fortaleza atrás de arranjar emprego. Acham que aqui no sertão não tem uma vida financeira, mas acho que isso também depende de organização, luta e a pessoa acreditar e não desistir. Porque hoje existe muito projeto e os jovens sendo organizado, ele também tem direito e a pessoa deve lutar e ir em busca de seus direitos, e não ficar só ali passando o tempo. Não arranja nada e às vezes se desloca pra outra cidade longe e às vezes é pior do que aqui, até morre enquanto que se a gente nasceu aqui no sertão e sabe que no sertão é rico também a gente deve lutar por uma vida financeira aqui dentro mesmo, com organização (Cristiano, coordenador do grupo de Jovens Unidos para Vencer do assentamento Tiracanga Logradouro I)

Dáí o motivo da apreensão das famílias, pois na ausência de uma colocação no mercado formal de trabalho, e sem perspectivas de se ver incluso no mesmo, podem se influenciar por outros jovens que se encontrem na mesma situação, e acabarem procurando meios ilícitos pra garantir sua sobrevivência.

Eu mesmo tenho um sobrinho que tá em São Paulo faz oito anos. Até o ano passado eu ainda tinha contato com ele e aí perdi o contato. Os números que eu ligo não dão mais certo. A minha mãe tem noites que ela não dorme, porque a gente não sabe como é que tá as coisa por lá. Às vezes não tá nem muito bem, quer vir pra casa, mas não pode. E aí saiu com o pensamento de melhorar de vida, Deus ajude que seja, mas a gente tá pensando também que pode não tá. Se tivesse aqui do lado da gente, trabalhando aqui, essa preocupação pro pai e pra mãe jamais tava acontecendo. (Antonieta, membro da associação Tiracanga Logradouro II).

Acreditamos que a organização dos jovens deveria ser amplamente estimulada. Os jovens estando organizados e comprometidos com a luta diária do assentamento, além de não migrarem, fortalecerão a associação nas conquistas de melhorias, o que, certamente, trará maior sustentabilidade aos assentamentos.

A seriedade e compromisso assumidos por esses jovens dependerá da qualidade da formação política que receberem. Neste sentido é importante destacar o depoimento do Senhor Chicão, em que indica como iniciou sua militância a favor da organização social e

destaca que existem muitas dificuldades para quem deseja enfrentar a luta, porém não devem ser consideradas como empecilho à sua continuidade.

Isso aí é porque o trabalho de comunidade é um negócio difícil, eu to com 20 anos que trabalho, **comecei a trabalhar com reunião de jovem** já hoje nas do velho, né, quer dizer isso é a coisa mais difícil que é você botar consciência na cabeça de alguém, né? Porque na minha comunidade, tem cheio de alto e baixo. Tem momento que tá uma jóia, uma beleza, tem momento que cai. Nós nesse momento tamo naquela caidinha, mas nós já tamo também se organizando pra subir. Porque nós caímos. Tá faltando alguma coisa [...] (Chicão, presidente da associação Tiracanga Logradouro II. Grifo nosso).

5.2. Associações, Assessoria e Assistência Técnica.

Vale ressaltar que as associações comunitárias rurais são formadas especialmente, por pequenos produtores que se associam tendo como objetivo principal conseguir recursos dos projetos oficiais, através do financiamento de infra-estrutura, implementos agrícolas ou aquisição de animais de pequeno porte (bovinos, caprinos) sempre na perspectiva de melhorar o poder aquisitivo das famílias beneficiadas (Silva, 1998).

O presidente da associação Tiracanga Logradouro II revelou consciência política em seu discurso. Isso pode ser explicado em função de sua formação política. Considera-se militante da esquerda e simpatizante da estratégia de organização política do MST, uma vez que sua associação segue orientações do movimento. Ressalta que acredita na existência de créditos financiados pelo governo federal para ajudar a classe trabalhadora rural, mas também acredita na existência de pessoas ligadas ao próprio governo que utilizam mecanismos que não facilitam o repasse desses créditos, e com o acúmulo de tantas dificuldades e sem uma orientação adequada muitos trabalhadores rurais não conseguem obter os créditos. São barreiras geradas na própria estrutura do governo. (Chicão, presidente da Associação Tiracanga Logradouro II.).

O entrevistado afirma ainda que há falta de comunicação mais eficiente por parte dos órgãos do governo, que, de acordo com os assentados, deveria se preocupar em oferecer uma orientação maior quanto as condições necessárias para se ter acesso aos créditos.

[...] no presente momento não tem porque a gente já causou por onde adquirir um projeto pra artesanato parece que é arrumação das **pessoas que são mais por dentro que entende mais das lei que não passa bem pra gente**, pra gente poder saber e ir até no local que tá o projeto. O que tá faltando é isso é a gente se informar de algumas pessoas que tem interesse de informar onde é que tá os projetos não. A gente pega só a cartilha e não diz onde é que tá o

projeto, tem dizendo que tem. (Miguel, idade? presidente da associação Tiraçanga Logradouro I).

Em cada um dos três assentamentos pesquisados existem duas associações representando o interesse da comunidade. A assessoria é desenvolvida por sindicatos, órgãos do governo como Incra, Fetraece, movimentos sociais como MST, organizações não governamentais como Cetra, ESPLAR e CPT além de outras instituições, que desempenham papel fundamental ao tentarem proporcionar melhorias na qualidade de vida. Contribuem, assim com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial-SDT, que busca conceber e implementar políticas públicas que enfatizem “o desenvolvimento rural sustentável” como elemento propulsor de mudanças sociais importantes.

A pesquisa realizada nos três assentamentos apontou a necessidade indispensável de transformações na forma de planejamento das políticas públicas que possam realmente beneficiar de maneira justa e equitativa o meio rural. Essa preocupação está presente na fala desta assentada:

Até agora nós não tivemos ajuda de jeito nenhum, mais aí a esperança é de nós alcançar aqui mesmo no assentamento. É que nem a Socorro falou. Não vem mais nada pra nós, vamos tudo pra cidade aí o que vai acontecer nós pode ficar tudo debaixo de uma barraca de papelão, porque nós não vamos sair com dinheiro no bolso pra comprar uma casa, com garantia de emprego pra eu meu marido meus filhos, então o que vai acontecer com nós é rua, favela. (Antonieta, membro da associação Tiraçanga Logradouro II).

Nessa perspectiva concordamos com o documento produzido pela SDT/ MDA (2005) quando destaca que a sustentabilidade e a governabilidade somente atingirá níveis expressivos se os projetos compensatórios e assistenciais evoluírem para projetos de desenvolvimento regional. Quanto perguntado sobre o que sabia acerca de território, seu Miguel o presidente da associação Tiraçanga Logradouro I, respondeu: “Não aqui essa região, essa comunidade em termo político é tão individual, mas em termo de ajudar um assentamento pra outra coisa, graças a Deus tem essa união” O SDT (2005, s/p) complementa que: “é indispensável que haja uma forte articulação das políticas públicas entre si, nos diversos níveis de governo, com as iniciativas da sociedade, do setor privado dos diversos ramos de atividades”.

Nos três assentamentos pesquisados o descontentamento em relação ao trabalho desenvolvido pela assistência técnica foi amplamente expresso nos depoimentos dos entrevistados. De acordo com as falas, esse trabalho se restringe mais ao “campo técnico”, ou seja, discute-se muito como se desenvolver um projeto, apresentam as maneiras de como

implantá-lo na comunidade, entretanto, não indicam qual é mais adequada e viável para ser adotada nos assentamentos, visando atingir os objetivos propostos por cada projeto.

A maioria das reclamações consistem no fato de que os técnicos, muitas vezes não estão presentes no início da implantação do projeto. Compreendemos que a presença destes profissionais nesse período seria imprescindível para garantir a correta aplicação do que foi planejado entre técnicos e assentados. Isso ajudaria a proporcionar maior qualidade ao desenvolvimento do projeto. Além disso, os assentados sentem-se mais seguros com a presença dos técnicos. Sozinhos reconhecem-se despreparados e sem condições para iniciar o projeto.

É só indo e voltando já foi os papel já veio de volta de novo. Porque eu já disse pro Evilásio a mesma coisa que digo pro senhor o técnico não veio, porque o homem disse lá, o Paulo Victor, que o técnico é pra tá trabalhando dentro da comunidade. É pra ele ta ali pra elaborar um projeto bem direitinho junto com os trabalhador, mas não ele sacode a proposta e vá fazer o levantamento. Isso não é coisa. (Socorro, membro do assentamento Tiracanga Logradouro I).

O certo é ele ta com o assentamento quando o assentamento tá precisando dele e a gente ir lá convidar ele pra vim e ele vim pra fazer alguma atividade e eu to achando que a atividade do técnico é mais ele vim diretamente sem a comunidade chamar, não é porque a comunidade chamando é claro que a comunidade quando chama tá com precisão pra resolver algum problema é tanto que eu tive até conversando com ele ontem e disse a ele a comunidade ta cobrando porque você ta trabalhando muito devagar (Miguel, presidente da associação Tiracanga Logradouro I).

Constatamos durante a pesquisa de campo nos assentamentos que a assistência técnica é considerada uma questão muito problemática pelos assentados que reclamam que o número de equipes técnicas para atender suas famílias é muito reduzido. Existem poucos técnicos, para oferecer assistência a um grande número de famílias em uma grande área de extensão territorial. Os assentados comentam que o trabalho desses profissionais não consegue atender suas necessidades porque muitas vezes se limitam a dar palestras.

Nós tem técnico na nossa comunidade, mas assim eu ainda não acho, porque nossa casa aqui é pra fazer um levantamento, mas no meu pensar era pra ele trazer um rapaz aqui pra fazer o levantamento, um pedreiro, uma pessoa que entenda mas ele manda é nós fazer. No meu pensar, não era pra nós fazer porque nós nem sabe mais ou menos o que precisa. Nós não sabe o que pega de linha, caibro, né? Eu pelo menos não sei o que pega de telha colonial aqui, mas um pedreiro que é acostumado a fazer casa mais ou menos Ele sabe. (Evilásio, membro do assentamento Tiracanga Logradouro I).

Os assentados também reconhecem que esses técnicos atendem vários assentamentos, porém gostariam que suas visitas aos assentamentos fossem um pouco mais regulares, a fim

de aumentar a qualidade da assistência com um acompanhamento constante. Atribuem o fracasso de alguns projetos desenvolvidos, à essa fraca assistência técnica, comprometida ainda mais pela pouca facilidade em realizar mediações entre o saber técnico e conhecimento dos agricultores. Lacerda, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA também reconhece falhas nesse atendimento, ao afirmar que:

[...] Se são poucas equipes para um grande número de assentamentos de famílias, obviamente elas não estão ali num processo de acompanhamento sistemático. Então, você começa a desenvolver uma atividade que exige um acompanhamento mais sistemático e aquela se perde porque não tem esse acompanhamento. As visitas são muito espaçadas: seis meses! Você já pensou? Não tem combate, não tem quem possa produzir. Uma outra questão, eles falam muito disso, eles assinalam muito isso: existe uma dificuldade muito grande de um diálogo entre os técnicos e os trabalhadores. (Lacerda, representante do MDA, entrevista em setembro de 2005)

5.3 – Políticas Públicas - Projetos e Ações desenvolvidas nos assentamentos

Constatamos que as atividades e projetos desenvolvidos nos assentamentos como, por exemplo, o Projeto da Cisterna de Placa, o Projeto São José, O Luz em casa do governo do estado, que ocorreu no início da criação do assentamento, são promovidos com a ajuda de instituições como: Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador -Cetra, Comissão Pastoral da Terra- CPT, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, Comissão de Instalação de Ações Territoriais - CIAT, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -Incrá, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará - Fetraece. Participaram ainda de Cursos de manejo de ovinos e caprinos e de apicultura (criação de abelhas), de radialista e jornalismo (MST) e farmácia viva (INCRA). Além disso, realizam uma série de discussões acerca de questões relevantes ao desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos no Fórum de Desenvolvimento Territorial.

No entanto, com a crise atual do governo, surgem inúmeras dificuldades que acabam contribuindo para a descaracterização dos trabalhos nos territórios. Há, segundo Lacerda (MDA), nos territórios “uma disputa política” que promove as barreiras para que não aconteça o desenvolvimento efetivo das atividades desse Ministério. Isso também reflete negativamente na vida das comunidades, que precisam urgentemente dos territórios fortalecidos. Assim, é necessário pensar, de maneira urgente, em estratégias que garantam o desenvolvimento das

ações da SDT, a fim de que possa continuar intervindo positivamente para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos.

Diante disso, medidas são tomadas para garantir a conquista desses projetos desde sua elaboração, pois, estes, quando são repassados ao conselho estadual, e encaminhados com uma ata do Conselho Municipal. É o Fórum Territorial que decide onde se implantará determinado projeto, no entanto é responsabilidade do município representado pelo prefeito que fará o encaminhamento do mesmo. Ao discutirmos isso com os assentados descobrimos que desconhecem todo esse processo e isso reflete na ausência da comunidade ou de seus representantes nas atividades promovidas pelo Fórum de Desenvolvimento Territorial, apesar desses sujeitos constituírem-se no alvo das discussões nesse espaço.

[...] eu não sei mais como é que tá essas reuniões, porque nós não recebemos mais convite, mais informado assim os dia, as datas porque eu acho que teve mudança, não sei eu só sei dizer que nós não fomos mais comunicados. Eu não sei nem dizer se tá acontecendo. (Antonieta, membro da associação Tiracanga Logradouro II).

Matos (2003), realizou estudos em assentamentos de Reforma Agrária e verificou que a fragilidade da organização social dos assentados depende também de suas lideranças, com relação ao acesso às mínimas informações sobre as políticas públicas, inclusive a consciência dos compromissos de débitos e outras obrigações com bancos e outras instituições. Mas no depoimento abaixo um assentado aponta também outra dificuldade quanto a sua participação

em encontros, palestras, fóruns ou outras reuniões que possuem a mesma finalidade de discutir políticas públicas para o assentamento e sua região desde a fase de formulação até a implantação na área a qual a mesma está sendo destinada. Anuncia que é desestimulado por seus companheiros que não reconhecem o valor do seu trabalho.

Porque até também, as pessoas acham, muitas vezes, a gente sai daqui pra participar de um encontro em Canindé, ou seja, a pessoa acha que você é um besta. Mas existe uma coisa que foi fruto dum relatório, que foi feita a pesquisa pelo CETRA, que nós recebemos resposta, começemo a receber resposta, aonde foi trazido pra cá, não teve a participação de todo mundo, mas sim da diretoria que não teve condições, a gente fez articulação e não deu pra reunir todo mundo... Essas cisternas, ela, é fruto do relatório que foi enviado as condições da água como é que a gente vivia. As condições da família em dificuldade de água. (Vanderlon (Louro), assentado do Jacurutu).

Há falhas no processo de articulação do território. Os assentados deveriam estar mais informados das reuniões e encontros promovidos, a fim de garantir o maior número de participantes. Até porque, são eles que sabem realmente das necessidades mais urgentes de

seu assentamento. É preciso investir mais na divulgação desses encontros, fóruns de desenvolvimento ou qualquer outro evento em que seja importante a presença dos assentados, a fim de ampliar a participação destes. As falhas no processo de articulação impedem que os principais interessados conheçam em que caminho se encontra o debate em torno da questão acima tratada. Entendemos que essa deficiente articulação dificultará enormemente a compreensão destes acerca de como estão inseridos no Território proposto pela Secretaria de Desenvolvimento e Territorial – SDT.. Essa distância influencia na formulação de políticas públicas descontextualizadas da realidade das comunidades rurais.

“Muito mais do que ter um maior acesso aos bens da sociedade, a participação tem como objetivo final a ‘autogestão’, ou seja, uma relativa autonomia dos grupos populares organizados em relação aos poderes do Estado e das classes dominantes (Amâncio,1991, p,9). No entanto, muitos assentados ainda desconhecem o valor da participação, como fica claro na afirmação deste assentado “Nós só consegue as coisa quando nós tamo tudo junto”.

Na busca pela cidadania, constróem, aprendem e se conscientizam, assume e percebem que a conscientização não acaba é permanente e esta ligada à construção do saber, que também é permanente, e que só se consegue a cidadania com a consciência crítica do que ela representa (Feitosa, 2002, p.165).

Gorgen Ofm (2004) ressaltando a importância da organização destaca que: “Uma das grandes fraquezas dos pequenos agricultores é a ausência ou a sua pequena organização. O desafio para implantar projetos é organizar-se, superar o individualismo e o isolamento. O mesmo autor salienta ainda, como imprescindíveis o desenvolvimento de três formas de organização básica a ser adotadas pelos pequenos agricultores:

- Organização Política: massificação e fortalecimento dos Movimentos, para lutar por políticas públicas e alterar a correlação de poder no campo.
- Organização Econômica: número cada vez maior de formas de cooperação, associações, cooperativas populares, empresas comunitárias, condomínios de produtores, etc., construir as bases de um novo tipo de economia, controlando e juntando a nossa produção, industrializando-a e vendendo direto aos consumidores, enfrentando as grandes multinacionais e os atravessadores também no campo econômico.
- Organização Comunitária: melhorias na qualidade de vida para as comunidades camponesas, como água potável, escola, energia elétrica em todas as moradias, estruturas comunitárias de comunicação (correio, telefone, Internet, rádios comunitários, antenas de

satélite), estruturas comunitárias de esporte e lazer, condições básicas de acesso à saúde, moradias dignas com saneamento comunitário.

Gorgen Ofm (2003) enfatiza que: Não basta acesso ao crédito. Não bastam políticas públicas. Não basta sequer o acesso à terra. É preciso também mudar o modo de pensar. É preciso formação, aprender de novo. É preciso antes de mais nada, mudar a forma de produzir. Para isto tem de voltar a ser plenamente agricultor, pesquisador da natureza, cientista da roça e não mais ser consumidor de receitas químicas e pacotes tecnológicos. Tem de pesquisar com os antigos as sabedorias que quase se perderam e aprender coisas novas com o comportamento do solo, das plantas, das matas, do vento, das águas e com quem já tem mais experiência acumulada. Compartilhando do mesmo pensamento Fernandes (1999) enfatiza que:

Assim, para entendermos esse movimento que a luta em movimento constrói e transforma o seu próprio espaço por meio de seu multidimensionamento, ou seja, os espaços comunicativo, interativo e de luta e resistência, é fundamental considerar os fatores ou determinantes objetivos e subjetivos. Nesse dimensionamento do espaço social, os trabalhadores em luta praticam o exercício da cidadania, elaborado por meio da construção do conhecimento e de sua própria identidade (Fernandes, 1999. p.226/227)

As famílias assentadas precisam ter mais apoio para que se apropriem de uma melhor convivência no assentamento e assim possam dedicar mais tempo inclusive às atividades de lazer que já são mínimas nos assentamentos visitados, que se restringem ao futebol quadrilha, ou uma missa.

Aqui, o jovem aqui dentro, o que eu vejo nele é só o estudo durante o dia, né? De tardezinha bater uma bolazinha. Às vezes, uma vez, duas vezes no ano tem uma missa, uma coisa aqui dentro do assentamento. (Sr. Evenilson, assentado do assentamento Jacurutu)

Assim, compreendemos que a organização se efetiva com um processo permanente, daí a importância dos assentados estarem sempre atentos a tudo que acontece dentro e fora do assentamento. Na maioria das vezes os problemas que surgem no assentamento decorrem de decisões que são tomadas fora e as consequências destas decisões serão reflexos no nível de organização interna dos assentados.

Capítulo 6 –

Reflexões sobre Território

Tomando como princípio os pressupostos teóricos discutidos no capítulo sobre território, que norteiam as políticas públicas do MDA/SDT e o captado nos trabalhos de campo, pôde-se melhor compreender as articulações estabelecidas entre as áreas definidas e delimitadas como de desenvolvimento territorial.

Após delimitação iniciaram-se os processos de discussão envolvendo os diversos atores sociais, como: sindicatos, MST, associações, Igreja, produtores rurais, comerciantes industriais, prefeitos, vereadores e organizações não-governamentais. Contudo, parcelas destes, ligados principalmente aos grandes produtores rurais e políticos não se envolveram, acreditando estes que os projetos destinados aos territórios obedeceriam critérios fisiológicos, em que a força determinante para a localização dos recursos seria a política partidária. Entretanto, as reações dos representantes do poder público e da sociedade civil foram essenciais na definição das estratégias para início da construção dos territórios.

Capilaridade de políticas públicas na construção do território

Dentre as políticas territoriais definidas para os Sertões de Canindé pode-se destacar o Programa Saúde da Família – PSF e os Programas Nacionais de Agricultura Familiar - PRONAFs, porque são os que melhor contribuíram para garantir uma certa unidade territorial, haja visto estes terem uma capitalização que se estende tanto aos pequenos produtores quanto aos assentados.

Quanto ao PSF, esse atende os indivíduos nas cidades e no campo, contribuindo para construção das articulações, relações e redes entre o sistema de saúde, os locais e os indivíduos. Tal ação pública fortalece os laços entre as pessoas e a cultura que é realimentada, recriada e as decisões políticas passam a ser mais articuladas pelos grupos familiares. Assim, há uma ampliação da consciência coletiva de que a saúde é essencial para o desenvolvimento individual e coletivo, tendo rebatimentos no território. Mesmo com essa capilaridade percebemos que o sistema de saúde deixa a desejar, ou seja, há carência principalmente de atendimento emergencial e em especial nas doenças crônicas. Outro aspecto observado é com relação a gênero. As mulheres são as mais articuladas, dando um caráter de coesão frente ao grupo e colocando em pauta os conflitos de gêneros no interior dos assentamentos, discussão que se estende ao município e ao território.

O Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF tem sido importante na construção dos territórios por articular frações da classe trabalhadora rural, no sentido da

modernização e da inclusão social destes, objetivando estabelecer elos entre a agricultura capitalista de mercado e a camponesa, voltada para atender a demanda familiar. Essa política de crédito tem facilitado e auxiliado na construção das relações entre o poder público, agentes financeiros, técnicos e assentados.

Relações com agentes externos

Essas relações são efetivadas por atores os quais no processo de articulação necessitam apresentar as ofertas, e as demandas técnicas que chegam aos assentamentos através de cursos, treinamentos, experiências repassadas por ONG's, Sindicatos, Conselhos, Assessores, Consultores, Instituições Governamentais. Aparecem de forma diferente das relações com assentados e assentadas porque nela estão encolvidas outras questões socioambientais.

Os técnicos ora dialogam com as associações, transformando a técnica em um instrumento de fortalecimento de assentamentos, ora atuam impositivamente, gerando conflito no processo de repasse, ampliando as rupturas entre o saber popular e o acadêmico, construindo e destruindo as redes em movimentação.

Outro elemento complexo no sistema de crédito, mas que tem fortalecido as relações no interior do território dos Sertões de Canindé, é a construção dos projetos, porque nesta fase os técnicos iniciaram os contatos com as associações para montar os projetos e definir em que aplicam os recursos.

Nesse momento vários conflitos afloram entre técnicos, agentes financeiros e as associações de assentados, porque os agentes financeiros definem o volume de recursos e onde devem ser adquiridos os produtos. Essa relação de poder contribui no caso dos assentamentos estudados para desestimular a luta pela Reforma Agrária e por lutas coletivas, mas contribui para ações proativas no sentido da ampliação da luta.

A territorialidade da economia produtiva dos assentamentos

Os assentamentos estudados têm origem nas lutas travadas pela Igreja, mais precisamente, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que iniciaram seus trabalhos no Município de Aratuba, localizado na Serra de Baturité, se estendendo aos Sertões de Quixadá, Inhamuns e de Canindé. Em seguida foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que apóia os Sindicatos de a chegada do MST, no Ceará. Esse movimento redundou na posse, ocupação, luta por renda e pela Reforma Agrária. No bojo dessas lutas são criados os assentamentos Tiracanga/Logradouro, Jacurutu e Vitória.

Tais assentamentos são parte de um recorte territorial no Ceará no qual as lutas pela terra têm ocorrido com muita intensidade, tornando essa área vetor dinamizador e articulador da economia, da cultura e políticas territoriais para os camponeses.

A oferta de crédito e assistência técnica, gado de raça, sementes selecionadas, tem favorecido o fortalecimento da economia familiar camponesa, promovendo uma articulação com a agricultura comercial. Mesmo diante das rugosidades presentes no desenvolvimento territorial, os assentamentos estudados têm contribuído para maior circulação de transportes e mercadorias, aumentando a velocidade existente na relação tempo – espaço, contudo, no sertão semi-árido esta segue o ritmo da sazonalidade porque no período das colheitas as estradas são interrompidas ou estão em situação precária, inviabilizando circunstancialmente as relações. Neste mesmo momento amplia-se a produção pecuária (leite e gado de corte) no território e nos assentamentos pesquisados, tendo que recorrer a transportes por meio de animais, até fazer a conexão com as motos e jardineiras. Esses processos habituais das populações sertanejas, camponesas, que criam seus mecanismos de superação. Contudo, quando essa realidade socioambiental e socioterritorial se agrava, fazendo aumentar a mortalidade e a migração, reduzindo a população no interior dos assentamentos e conseqüentemente nos territórios.

No campo da economia sertaneja vivida pelos assentamentos estudados foi detectada a plantação de mamona para atender a demanda do governo, que estimula os produtores a plantarem mamona com vistas a abastecer as usinas produtoras de bio-diesel, todavia as primeiras experiências ocorridas no assentamento Tiracanga Logradouro não se concretizou. No assentamento Vitória está sendo produzida a mamona em pequena escala – Projeto Piloto – financiado por uma ONG alemã.

O Governo continua a pressionar os camponeses assentados e outros produtores a plantarem a mamona consorciada com milho e feijão, evitando, desta forma, a extinção das lavouras de subsistência, quebrando as resistências encontradas no seio dos movimentos sociais, os quais vêem o biodiesel como atividade econômica monopolizadora de terras e mantenedora das monoculturas. Essa discussão foi encontrada nos assentamentos, porém, não é hegemônica capaz de impedir o plantio, a exemplo do assentamento Vitória..

Viu-se que na amostra estudada as controvérsias estão presentes, tornando-se um entrave para a política territorial do MDA.

O papel da cultura

A cultura aparece nos assentamentos considerados como instrumento de dinamização, de construção e recriação, garantindo uma relação aberta entre a juventude e os mais velhos. Nesta relação de aproximação, surgem novos elementos que são incorporados à cultura sertaneja, principalmente dos jovens. São estes que garantem no interior dos assentamentos, o fortalecimento das diversas atividades culturais empreendidas: música (sertaneja, forró, hip hop, rock), pastoril, dança e capoeira. Dentro desses aspectos de atividades culturais, pôde-se ver que o esporte principal é o futebol. Este se caracteriza como uma forma de lazer consideravelmente utilizada, sendo promovidos campeonatos entre assentamentos nas diversas faixas etárias. Essa

prática tem sido efetivada e patrocinada pelos próprios assentados. Este é mais um fio das redes que vão se estendendo na construção do desenvolvimento territorial.

Aspectos socioambientais

A discussão sobre meio ambiente, encontra-se bastante presente nas falas dos assentados e assentadas pesquisadas, dando uma conotação de que as ações globais, nacionais e locais estão conectadas com a realidade socioterritorial destes, porém percebe-se a existência de práticas de recuperação das plantas e ao mesmo tempo o uso de madeira para produção de carvão. São duas ações, uma favorável a recomposição da vida na natureza, tanto animal como vegetal, e a outra que contradiz esse princípio da vida. Todavia, a alegativa é salvar a vida humana através da renda obtida com a venda do carvão. Outra ação encontrada foi a persistência das queimadas. O lixo é queimado e outra parte enterrado. Os exemplos acima, são encontrados nas comunidades rurais nordestinas por onde temos pesquisado.

Educação como cordão da rede territorial

Quanto aos processos de Educação que existem nos assentamentos pesquisados, estes se diferenciam tornando o setor educacional articulado/desarticulado. Isto ficou revelado nos exemplos de Tiracanga aonde a escolaridade vai desde a educação infantil até o Ensino Médio completo, enquanto, Vitória e Jacurutu só existem a Alfabetização e o Ensino Fundamental. Os alunos destes dois últimos assentamentos se deslocam para as sedes municipais no intuito de concluir o Ensino Médio. Para que isto ocorra, várias lutas são travadas nos assentamentos com o poder público, objetivando, garantir o acesso a Educação. Esse cordão da rede territorial é bastante forte, porém, necessitando de manutenção, recuperação e ampliação. Se isso não acontece não haverá desenvolvimento territorial nos Sertões de Canindé, como aponta os documentos do MDA/SDT (2005).

As ações de formação nos assentamentos estão bastante ligadas às demandas de recurso. As quais trazem a necessidade da formação técnica educativa, a que nos referimos anteriormente.

As questões políticas no campo da Educação são difíceis de serem superadas porque nelas estão os interesses partidários, individuais e ideológicos. As lideranças dos assentamentos e os líderes políticos estão em permanente disputa por espaço de poder. Há pouca facilidade quanto ao avanço dos movimentos sociais na perspectiva da construção de uma sociedade democrática, com justiça social.

Referencial Bibliográfico

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Disponível em <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1999/Agricultura_familiar.pdf>. Acesso: 15/01/2006.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Ruralidade e desenvolvimento territorial**. Gazeta Mercantil – 15/04/01 – p. A 3

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos Íntimos: A Gestão nos Assentamentos de Reforma Agrária**. Dissertação de Mestrado, PRODEMA-UFC, Fortaleza, UFC, 2002.

_____. **Segredos íntimos: a gestão dos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: UFC, 2000.

ALVES, A e SILVA, A. **Cultivo da Mandioca para a Região Semi-Árida**. Disponível em <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mandioca/mandiocasemiario/solos.htm>>. Acesso em: 04/05/2006

ANDRADE, Manoel Correia de. A questão da terra na primeira república. **A questão da terra e modernização da agricultura**. (Histórias & Perspectivas) – Revistas dos Cursos de História, Uberlândia: UFU, n. 10, p. 19-30, jan/jun. 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local**. In Território: globalização e fragmentação. Milton Santos et alii. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p.213-220.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. **Assentamentos Rurais em Áreas de Reforma agrária no Ceará: miséria ou prosperidade: O caso Santana**. 1995. 157 fls. Dissertação (Mestrado em Economia Agrícola) – Faculdade de Economia Agrícola, Universidade Federal do ceará, Fortaleza, 1995.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. **O Engodo do novo mundo Rural: Reflexões a partir de Canindé-Ce**. Tese de Doutorado, Fortaleza: UFC, 2003.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BERGAMASCO, S., NORDER, L.A. et al. A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In. **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional**. MEDEIROS, L. S. DE & LEITE, S (Org). Rj: Mauad, 2004.97-141p.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996;

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BOMFIM, Débora Vasti S. **Competência:** Ação de desapropriação para fins de Reforma Agrária. Revista de Direito Agrário. Ano 16, nº 13. Brasília: Incra, 2000.
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Título VIII da Ordem Social**, capítulo II – Da Seguridade Social - Seção II – Da Saúde. Disponível em: www.google.com.br – acesso em 15/04/2006.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura**. São Paulo: Ícone, Unicamp, 1985.

FEITOSA, Maria das Dores Ayres. **Participação: ainda uma trilha na reforma agrária do Ceará – Estudo de caso no assentamento Santa Bárbara**. Fortaleza: UFC, 2002;

FEITOSA, Padre Neri. **Japuara e a Tragédia de 1971**. Canindé: Gráfica Canindé, s/d.

GORGEN, Frei Sérgio Antônio, OFM. **Marcha ao coração do latifúndio**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EDUFFI, 1997.

HEERDT, Mauri Luiz. **Reforma agrária: uma questão de vida**. Disponível em : <<http://www.pime.org.br/pimenet/missaojovem/mjrefagrariaquestao.htm>> Acesso em 3 de julho de 2005.

HEREDIA, MEDEIROS e al. **Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil**. Disponível em<http://www.mst.org.br/informativos/minforma/estudo_ufrrj.rtf>. Acesso: 01/04/2006

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro. **Geografia dos Assentamentos Rurais**. Disponível em<http://abrali.com/016meio_ambiente/016meio_ambiente_geografia_dos_assentamentos_rurais.html> Acesso em : 9 de julho de 2005.
<http://www.mda.gov.br>

¹INCRA. **O INCRA e o Assentamento**. Disponível em<<http://www.incra.gov.br/htm/serveinf/htm/pubs/assent/assent.htm>>. Acesso: 04/05/2006
IPLANCE. **Anuário Estatístico do Ceará**. V. 1, Fortaleza: Iplance, 2002.

JACOBI, Pedro. Estado Capitalista: Transformações na dinâmica de intervenção e papel das burocracias. In: **Movimentos sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde**. São Paulo, Cortez, 1989.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LIMA, Elias Lopes de. **A Territorialidade Enquanto Expressão Geográfica Da Corporalidade Indígena**. DISPONÍVEL EM < <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo5/e5%20134.htm>>. Acesso: 06/12/2005.

MACHADO, Mônica Sampaio. **Geografia e Epistemologia: Um Passeio pelos Conceitos de Espaço, Território e Territorialidade**. Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Geografia, n.1, p. 17-32, jan/jun. 1997. 98p.

MAGALHÃES, Alex Ferreira. **O Instituto da "Legitimação de Posse" no Direito Brasileiro: panorama atual e perspectivas.** Disponível em < <http://www.acta-diurna.com.br/biblioteca/doutrina/d19990628009.htm>>. Acesso em 15 de abril de 2005.

MANÇANO, Bernardo. **Desenvolvimento Territorial: conflitualidade e sustentabilidade.** Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural sustentável. Brasília, 23 a 25 de agosto de 2005.

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra.** São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, Mônica Dias. **Os desafios da cooperação nos assentamentos da reforma agrária do Ceará.** Fortaleza: BNB, 1994;

MATOS, Aécio Gomes de. **Organização social de base: reflexões sobre significados e métodos.** Brasília: ABARÉ, 2003;

MATOS, Kelma Socorro Lopes de; ALENCAR, Maria Clélia de Medeiros. Juventude Rural: trabalho, migração e escola. In: Kelma Socorro Lopes de Matos (Org.). **Movimentos Sociais, Educação Popular e escola: a favor da diversidade.** 1 ed. Fortaleza, 2003, v. 1, p. 17-29.

MEDEIROS, L. S. DE & LEITE, S (Org). Assentamentos Rurais e Mudanças Locais: uma introdução ao debate. In. **Assentamentos Rurais: Mudança Social e Dinâmica Regional.** MEDEIROS, L. S. DE & LEITE, S (Org). Rj: Mauad, 2004.17-53p.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MOURA, Antônio Marcos Pontes. **A Porteira Está Aberta: o Programa de Reforma Agrária solidária – Cédula da Terra, no Estado do Ceará.** 2003. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

MOURA, Antônio Marcos Pontes. **A Questão da Terra no Ceará: 'Reforma Agrária' e suas implicações.** Monografia. Fortaleza: UFC, 2002.

NASCIMENTO, Edna dos Anjos. **Terra Liberta? (A luta pela desapropriação da Fazenda Monte Castelo – Quixadá- Ceará).** 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1986.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A Contra-Reforma Agrária Do Banco Mundial E Os Camponeses No Ceará – Brasil.** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Tese de Doutorado, 2005.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **Os Camponeses e a Organização Territorial em Assentamentos Rurais no Ceará.** Disponível em < http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/e1_cont411.htm>. Acesso em: 5 de maio de 2005.

OLIVEIRA, Leandro de. **Análise da estrutura rural no Brasil com ênfase no direito de propriedade e nas lutas pela reforma agrária.** Disponível em <http://www.geocities.com/pro_jure/conflicto.htm>. Acesso em 12 de maio de 2005.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber.** Belo Horizonte, UFMG, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática. 1993.

RECLUS, Élisée. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1985.

RIBEIRO, Gonçalves. **Histórias e Lendas do Brasil**. - São Paulo: APEL, s/d.

SACK, Robert. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SILVEIRA, J. M. da, BUAINAIN, A. M. MAGALHÃES, M. **Novas Formas de Reorganização Fundiária no Brasil: O Programa Cédula da Terra**. Disponível em http://www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro/biblioteca/agricultura/silveira_novas.rtf. Acesso: 05/05/2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de, Gomes, Paulo César da Costa, Corrêa, Roberto Lobato (orgs), **Geografia: conceitos e temas**, p. 77-116. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p.

VEIGA, José Eli da. **A face territorial do desenvolvimento**. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, v.3, n.5, p.05-19, set. 2002.

VIAL, Sandra Regina Martini. **Análise Sociojurídica do Acesso à Terra no Brasil**. Disponível em <www.direito.unisinos.br/~sandra/arquivos/Analise_Sociojuridica_do_Acesso_a_Terra_no_Brasil,_Agosto2003.ppt>. Acesso em 5 de julho de 2005. Acesso em: 15/03/2006.